



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 366 - DE 09 A 23 DE NOVEMBRO DE 2008 - R\$ 2,00

A crise capitalista afeta o Brasil: Lula ajuda os bancos e patrões. É preciso organizar a resistência contra as demissões e o arrocho!



**Vinte anos da
greve da CSN**



**Paraguai: violência reacionária
contra os camponeses**



**Greve dos bancários mobiliza, mas
direções fecham acordo miserável**



**20 de Novembro - Dia da Consciência Negra:
Contra toda opressão racial, levantemos
a bandeira da Revolução Proletária**



**A política de zigue-zague
da LIT-QI/PSTU para a Bolívia**

A classe operária frente à crise

Está claro que a crise mundial se manifesta no Brasil. Mas está apenas no começo. O principal sintoma está na desaceleração do crescimento.

Estima-se que, de uma taxa média de 5% dos últimos anos - sendo que no segundo trimestre deste ano a taxa alcançou 6% - o crescimento passará para cerca de 3,5%. Isso na melhor das hipóteses, há economistas que prevêem retração maior. De fato, verifica-se contenção em setores fundamentais da economia, como automobilístico, construção civil, siderurgia e papel. A balança comercial também revela desaceleração, apresenta queda no volume e mantém a redução dos preços das commodities.

A recessão está instalada nas potências, que controlam cerca de 60% do mercado mundial. Mas seu desenvolvimento, tudo indica, não se completou. Governos dos Estados Unidos, da Europa e Japão arquitetam novos planos de intervenção, agora para salvar empresas e retardar a marcha da recessão, que pode vir a ser depressão.

O quadro da crise clareou um pouco mais, evidenciando que a China, Índia e Rússia não têm como sustentar as elevadas taxas anteriores. E países do Leste Europeu que retornaram ao capitalismo se mostram quebrados. É sintomático o “socorro” do FMI à Ucrânia e Hungria. No caso da China, a redução das exportações vem provocando quebras na indústria de brinquedo, com o conseqüente fechamento de unidades industriais. Nos Estados Unidos e Europa, milhares de empregos foram destruídos.

Nesse quadro, o Brasil parece ser o menos afetado, mas se trata apenas de uma questão de tempo. A economia em 2008 ainda se alimenta de impulsos anteriores. Caso a recessão mundial se acelere e se amplie, o Brasil poderá se ver em maus lençóis.

As férias coletivas e anúncio de Plano de Demissão Voluntária (PDV) em algumas das grandes empresas indicam que o desemprego em massa está colocado.

Uma das características essenciais da crise capitalista é a destruição de pos-

tos de trabalho. A indústria e o comércio não apenas deixam de abrir novas vagas, como também fecham parte das existentes. Os salários já rebaixados pelo excesso de mão de obra - o exército de desempregado não deixou de ser inchado durante a fase de crescimento - sofrerão novos golpes. Com menos força de trabalho, a burguesia exigirá mais produtividade dos operários.

A classe operária no Brasil participa e participará do tormento da classe operária mundial, que arcará com vertiginoso crescimento da taxa de desemprego.

Analisando a crise, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu que 20 milhões de novos desempregados serão desovados no exército mundial de 190 milhões de desempregados, que saltará para 210 milhões.

No mesmo documento, se estima um aumento de mais 140 milhões de miseráveis. Portanto, 1,4 bilhão de seres humanos enfrentará a pobreza absoluta. Nossa classe operária e demais explorados não escaparão desse violento ataque capitalista.

O governo Lula, quando dizia que o Brasil estava imune à derrocada financeira nos Estados Unidos e que para os brasileiros a crise não passaria de uma marola, estava dizendo não só que os capitalistas estavam seguros, mas também que a taxa de emprego continuaria crescendo. Agora, quando seu otimismo para “inglês ver” se revelou estupidez, não faz senão socorrer banqueiros, exportadores, multinacionais e poderosos grupos nacionais.

O essencial da crise que são as demissões em massa serve apenas de recomendação para que os patrões continuem a garantir trabalho.

O novo quadro econômico e social que se abre se encarregará de desmascarar a hipocrisia do caudilho aburguesado. A classe operária terá de reagir para resistir à sua mutilação e contra-atacar a ofensiva da classe capitalista. Mas tem um poderoso obstáculo pela frente. O movimento sindical se encontra controlado por uma burocracia que serve de sustentação ao governo, que vem colaborando com a flexibilização do trabalho e que impõe

um significativo refluxo nas fileiras do proletariado.

Frente às medidas de socorro de Lula a banqueiros e industriais, incluindo a poderosa indústria automobilística, a direção da CUT lançou seu plano de apoio ao governo, recomendando algumas condições, como se estas fossem compensações em favor do emprego e dos salários. Em vez de esclarecer a classe operária que a crise capitalista recairá sobre seus ombros já arcados pela exploração e passar a organizar a luta contra as demissões, faz o contrário: sai em defesa da política de proteção da burguesia, que lucrou, esbanjou, jogou e sangrou o país. Está aqui o problema central da crise.

A classe operária está sob uma direção política estranha às suas necessidades, pró-capitalista, corrompida e traidora. O PT serviu para potenciar esta burocracia. E Lula se serviu e se serve do PT e da burocracia sindical para dirigir o Estado contra os explorados e a serviço dos exploradores.

Em meio à crise, a vanguarda revolucionária terá melhores condições para combater essa trava reacionária. Mas não poderá se atrasar na tarefa de explicar a crise histórica do capitalismo, expor suas bárbaras conseqüências, propagandear o programa da revolução proletária, agitar as bandeiras de defesa da vida das massas e organizar o combate pela ação direta. É necessário que a vanguarda trabalhe incessantemente e com afinho no seio do proletariado para construir o partido.

O Programa de Transição da IV Internacional é a arma que nos permite responder à monumental crise do capitalismo mundial. Une as reivindicações elementares dos explorados à estratégia comunista de sepultamento do capitalismo. Reivindicações como escala móvel do trabalho, escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital e tarefas como as de construir os comitês de fábrica, impor o controle operário da produção e libertar os sindicatos controlados pela burocracia serão mais facilmente entendidas e assumidas na luta. Trata-se de encarná-las no combate à burguesia e seus agentes.

Plano da CUT para salvar o capitalismo

Diante da crise econômica, a Executiva Nacional da CUT lançou um conjunto de propostas dirigido ao governo Lula e um pedido de audiência para o dia 3 de dezembro, dia da marcha a Brasília. O presidente da Central, Arthur Henrique, diz que o “discurso do governo parece bom, mas não vi nada por escrito”. Defende regras e leis, por escrito, que expressem que o dinheiro público usado para proteger os banqueiros e empresas em dificuldades “não servirá para premiar especuladores”. O Sr. Arthur se faz de esperto, esperando enganar os tolos com a idéia de que se pode salvar capitalistas desde que não seja especulador. Na realidade, pretende apoiar medidas que vêm no sentido de proteger banqueiros, industriais e exportadores.

O pacote da CUT para enfrentar a crise contém 25 propostas. Pretende, em essência, criar mecanismos de controle e regulação do capital financeiro, bandeira essa levantada pelos governos imperialistas, a exemplo de Nicolas Sarkozy da França. Parte do pressuposto de que há uma crise financeira que tomou conta do mundo e que os trabalhadores não poderão pagar por “essa irresponsabilidade do sistema financeiro”. Diz que as propostas têm como objetivo “a defesa do emprego, da renda e a manutenção das possibilidades de desenvolvimento econômico sustentável”. Aí está o testemunho de uma burocracia sindical comprometida em preservar o sistema econômico apodrecido.

Comentemos algumas das propostas:

1. “Estruturação de nova ordem financeira internacional, que estabeleça maior controle das operações das instituições financeiras (...) de modo a minimizar os impactos gerados nas economias nacionais”.
- A burocracia sindical propõe mecanismos para disciplinar o capital especulativo. Se alguém acredita que os burocratas têm inteligência suficiente para serem estrategistas do capitalismo, engana-se. A idéia de “estruturação de uma nova ordem financeira internacional” é cópia do blá-blá-blá de governos europeus que despejaram trilhões de dólares para salvar banqueiros. Mas como bons papagaios, os burocratas pretendem eliminar a anarquia do capital por meio da constituição de uma nova instituição reguladora. O objetivo seria o de diminuir os efeitos da crise sobre os países mais atrasados, como o Brasil. Trata-se de uma alucinação. A etapa do capitalismo financeiro é a época da explosão da anarquia do sistema econômico, que comparece por meio das crises. Inverter essa lógica do capital é uma utopia, que serve para esconder os reais propósitos - defesa do modo de produção vigente.
2. “Maior participação das representações sindicais nos organismos, instituições e espaços internacionais, como o Banco Mundial, FMI e OMC...”. Os burocratas vendidos à burguesia nacional, agora, querem parecer importantes se vendendo à burguesia imperialista. A direção da CUT, apoiada em assessores acadêmicos, não se contenta em estatizar os sindicatos submetendo-os ao governo burguês de Lula. Quer acompanhar esse governo na estúpida idéia de democratizar organismos montados pelo grande capital internacional.
3. “Criar mecanismos, como multas, taxas, punições... que assegurem a concessão de crédito à economia e que recursos

liberados pelo governo federal cheguem à economia real...”. Os papagaios de Lula querem que os trabalhadores acreditem que o Estado e seu governo são independentes dos capitalistas de forma que possam discipliná-los, orientá-los e puni-los. Os recursos liberados por Lula já ficaram ao bel prazer dos banqueiros. O governo reclamou e estes nem deram bola. Diante disso, os burocratas ficam tagarelando no pé do ouvido de Lula para que este tome providências.

4. “O socorro estatal às instituições financeiras e não-financeiras deve estar associado a contrapartidas”. Se não estivéssemos diante de uma feroz burocracia, acharíamos que se trata de pobres coitados. Mas o que a direção da CUT está declarando com esta posição é apoio do Estado, portanto do dinheiro público, ao capital financeiro, às multinacionais, agroindústria, construção civil etc. Que contrapartida pretende? Manter emprego, não precarizar etc. Está aí uma safadeza para enganar os explorados. De conjunto, o capitalismo demite à vontade. Vamos supor que um dado empresário aceite o acordo por escrito, como quer a CUT. Sanearia sua empresa e em seguida chutaria do emprego a mão de obra considerada excedente.
5. “Reduzir o superávit fiscal, de forma a assegurar o cumprimento das metas do PAC”. A CUT está sendo porta-voz de Lula, Mantega e Meireles. Os burocratas vêm defendendo o governo que mantém a política de superávit primário e de pagamento da brutal dívida interna e externa. Querem que os oprimidos acreditem na cantoria do desenvolvimento sustentável do capitalismo, do qual faz parte o PAC.
6. “Programa especial de geração de emprego e renda na agricultura...”. O governo Lula tem sido um administrador dos interesses da agroindústria. O que quer dizer uma agente dos latifundiários, dos agro-exportadores e das multinacionais que atuam no setor. O subsídio à gigantesca dívida dos usineiros, grandes fazendeiros etc mostra que Lula não está nem aí com os milhões de camponeses pobres. Os sem-terra vêm sendo engabelados com cesta-básica e velhas promessas que nunca se cumprem.
7. “Fortalecer os programas de transferência de renda, de valorização do salário mínimo e das aposentadorias...”. Os comentários anteriores são suficientes para se ver a hipocrisia das lideranças sindicais pró-governo.
8. “Constituição, em caráter emergencial, de Câmaras Setoriais...”. Os burocratas querem reviver os defuntos de governos passados. As Câmaras Setoriais serviram para justificar demissões em massa de operários. A burocracia acobertava sua responsabilidade de bons colaboracionistas do capital com as manobras. A luta por nenhuma demissão e emprego a todos foi considerada impossível e substituída por acordos de demissão.

A burocracia cutista decidiu lançar seu plano de apoio ao governo Lula vendo que a crise vai se aprofundar e golpear sua administração. Diante da evidência de que o governo protege os banqueiros e empresários – parasitas do Estado –, a CUT, ao invés de desmascará-lo, sai em sua defesa. A classe operária irá responder à crise com combate. A burocracia sabe disso e se prepara para amordaçá-la com um programa pró-capitalista.

Parlamentares poderão votar parte da Reforma Trabalhista

Agora que terminaram as eleições, o Congresso Nacional retomou o PL 4302/98 com prioridade de votação. Trata-se de um conjunto de medidas formulado no governo de Fernando Henrique e encaminhado por Lula ao Fórum Nacional do Trabalho, com o objetivo de aprovar nessa instância um acordo entre governo/patrões/sindicalistas. Nesse Fórum, foi elaborada a Reforma Sindical e Trabalhista, que retira direitos e fortalece o poder das burocracias sindicais. O governo Lula pôs em prática a legalização das Centrais Sindicais, parte dessa Reforma. Os parlamentares, sob a pressão da classe capitalista, pretendem nesse momento votar o tal projeto.

Qual o conteúdo do PL 4302/98?

1. Aumentar a flexibilização na contratação e demissão dos trabalhadores. Os contratos temporários, que por lei eram válidos para 90 dias, serão estendidos para 270 dias ou mais, dependendo da convenção coletiva. Altera o caráter dos contratos, que eram feitos para “situação excepcionais” e passam a ser usados de forma permanente.
2. Isenta o patronato dos custos da demissão. Elimina a multa de 40% sobre o FGTS e pagamento do aviso-prévio.
3. Livra as empresas de processos judiciais. Isso por que substitui o Enunciado 331

do TST, que não permite a terceirização na “atividade-fim”. Por meio desse mecanismo, ações judiciais eram impetradas contra o patronato que não cumpria com os direitos dos trabalhadores, que se negava a pagar pelos acidentes de trabalho e doença etc.

O PL 4302/98 é a legalização do que vem ocorrendo na prática. Os direitos trabalhistas há muito vem sendo solapados. O PL vem no sentido de proteger a exploração desenfreada dos capitalistas sobre a força de trabalho.

Resposta da burocracia da CUT

A direção da CUT lamentou o fato dos parlamentares colocarem na pauta de votação uma medida de destruição de direitos. Lastimou o desrespeito dos parlamentares diante da mensagem de Lula em 2003 que solicitava a retirada desse assunto da votação no Congresso Nacional. E criticou o Congresso de institucionalizar “práticas predatórias de uso da força de trabalho”. Mas depois de todo chororô, a CUT retomou sua proposta de “construção tripartite” para o problema do contrato temporário. E defendeu: a) que a “sociedade exija a votação da mensagem do presidente Lula”; b) retirada do PL 4302/98; c) “reforçar o diálogo e negociação, condição básica para a consolidação de um padrão

civilizatório das relações de trabalho”. Para isso, convoca uma marcha de pelegos, no dia 3 de dezembro, para pressionar os parlamentares vendidos.

Ao invés de convocar assembléias e organizar os trabalhadores para resistirem à destruição de mais direitos, a burocracia propõe um “diálogo” com os inimigos de classe. Quer enganar os explorados de que é possível construir uma proposta tripartite que assegure os direitos trabalhistas.

Resposta dos explorados

Os capitalistas impõem brutal exploração do trabalho. Pagam uma miséria de salário, têm a seu favor todas as vantagens para demitir, expandem a terceirização, aumentam o ritmo do trabalho e criam mecanismos violentos de precarização dos contratos. Mas necessitam do Estado (leis) para legalizar a exploração do trabalho. O PL 4302 é mais uma de suas investidas de corte de direitos.

Os trabalhadores têm pela frente dois obstáculos: a) os capitalistas e o governo; b) as direções sindicais, que são pró-patronais e pró-governo. A campanha contra a retirada de mais direitos implica a luta coletiva dos explorados. Por isso, é necessário defender a convocação de assembléias para rechaçar o colaboracionismo da burocracia sindical e aprovar o caminho da resistência.

Vinte anos da Greve da CSN

A Greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro) ocorreu no mês de novembro de 1988. Os quase 30 mil metalúrgicos da empresa (na época estatal) exigiam do Governo Federal: uma pauta de reivindicações que ia desde a incorporação das perdas do Plano Bresser (52%), bonificação de férias, um reajuste de 187%, turno de trabalho de 6 horas, readmissão dos 8 mil trabalhadores demitidos em 1987, etc.

No dia 7 de novembro, começa a paralisação e, após um incidente com a Polícia Militar, os operários ocuparam a usina e mantiveram a greve sem mesmo a necessidade de piquetes. A adesão à luta foi total. A resposta da direção da CSN foi o pedido de reintegração de posse e a intervenção do Exército, procurando solucionar rapidamente a questão.

O Exército e a PM, então, no dia 9 de novembro, começam a dispersar a multidão que se concentra no bairro Vila Santa Cecília, e

invade a empresa, procurando retomá-la dos grevistas. Em meio à confusão, ocorrem as mortes, no interior da usina, de três operários: Carlos Augusto Barroso, de 19 anos; Walmir Freitas Monteiro, 27 anos; e William Fernandes Leite, 22 anos. Além dos mortos, houve também cerca de uma centena de feridos.

No dia 22, a população da cidade de Volta Redonda, atendendo aos apelos de comando de greve, dá um “abraço” simbólico em torno dos 12 quilômetros da usina, procurando mostrar apoio ao movimento.

No dia 25, por decisão da assembléia dos trabalhadores e contando com o apoio de outras categorias e do movimento popular, enormes piquetes dividiram a cidade em quatro zonas e paralisaram totalmente as atividades no município de Volta Redonda. Os operários metalúrgicos colocam-se na vanguarda de uma imensa luta do conjunto da população, à qual até a burguesia local não teve força para se opor. O exército foi chamado para pôr fim ao movi-

mento, atacando a resistência casa por casa.

Dois dias após nova assembléia, os operários decidem pelo fim da greve, empurrados pela burocracia cutista, que não queria mais choques.

Após a conquista de parte das reivindicações e da eleição do presidente do sindicato, Juarez Antunes, para a prefeitura de Volta Redonda, morto dois meses depois de sua posse, os mártires operários ainda viriam a ter um monumento erguido em sua homenagem, feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurado no dia 1º de maio de 1989, mas implodido no dia seguinte à sua inauguração. Várias outras greves ocorreram, não tão violentas, bem como a demissão de 70% dos funcionários da empresa e sua a privatização, no governo de Itamar Franco, no ano de 1993.

O exemplo de luta dos operários e da população oprimida de Volta Redonda deve servir para as futuras lutas do proletariado em seu caminho rumo à revolução socialista.

Eleições

Vencem os partidos oligárquicos

No Jornal Massas 365 fizemos um balanço do 1º turno das eleições municipais. Os resultados do 2º turno só confirmaram nossas conclusões de que as oligarquias regionais impuseram seus candidatos. Os prefeitos e os vereadores são cabos eleitorais para as disputas interburguesas em nível dos estados e da União. A prevalência dos grandes partidos não é mais do que a expressão do poder econômico, que comparece por meio das frações burguesas dirigentes de tais partidos. Por cima, estão os interesses imperialistas, que se manifestam por meio do capital financeiro e das multinacionais. As massas empobrecidas são arrastadas pelos partidos capitalistas. Colaboram para reforçar o atraso político e as ilusões na democracia burguesa, as burocracias sindicais, populares e estudantis, através do controle das organizações operárias e camponesas. Os partidos de esquerda legalizados não usam as eleições para potenciar a luta de classe e como tribuna contra o Estado burguês e a farsa eleitoral.

PMDB lucra e exige mais do governo Lula

O partido do oligarca José Sarney (PMDB) venceu em número de votos (28,8 milhões), em número de prefeituras (1203) e empatou com o PT em quantidade de prefeitos nas capitais (6). Ganhou em duas capitais no Sul (Rio Grande do Sul e Florianópolis), uma no Sudeste (Rio de Janeiro), duas no Centro Oeste (Goiânia e Campo Grande) e a vice-prefeitura de São Paulo (Kassab (DEM) e Alda (PMDB)). Isso representou um avanço em relação às eleições passadas (2004), em que possuía somente duas capitais (Goiânia e Campo Grande). Se se levar em conta os cem maiores municípios, o PMDB administrará um orçamento de quase 26 bilhões de Reais, sem contabilizar São Paulo.

O PMDB foi o partido que mais tirou proveito de seu apoio ao governo Lula. Isso lhe deu o controle de seis ministérios estratégicos: Minas e Energia (Edison Lobão), Integração Nacional (Geddel V. Lima), Comunicações (Hélio Costa), Saúde (José G. Temporão), Defesa (Nelson Jobim) e Agricultura (Reinhold Stephanes). É peça chave no Congresso Nacional, porque tem 17 senadores e 89 deputados. Qualquer iniciativa de Lula ou de partidos opositores depende de negociações com o PMDB.

Agora, com a vitória, o PMDB exige mais poder no interior do governo Lula, passou a cogitar as eleições presidenciais de 2010 com candidaturas próprias e é o partido mais “cobiçado”, tanto pela oposição burguesa, quanto para o PT. Caciques do PMDB, como Orestes Quércia de São Paulo, deixaram claro que a aliança com o PT não é automática. Quércia apoiou Kassab e anunciou que está com José Serra para a disputa presidencial.

PSDB se vangloria

O partido de FHC ficou em terceiro em número de votos (17,5 milhões) e segundo em número de prefeituras (786). Perdeu em relação ao que possuía (871). Também diminuiu nas capitais, de 5 para 4. O PSDB saiu vitorioso no estado de São Paulo – de 645 municípios, conseguiu 202. A aliança com o DEM na capital reforçou Serra para a disputa presidencial de 2010. A vitória de Márcio Lacerda em Belo Horizonte também se deveu ao apoio do governador do PSDB, Aécio Neves, que

também pretende se lançar à presidência.

Retornar à presidência da República implicará para o PSDB a manutenção da aliança com o DEM e do deslocamento do PMDB do apoio ao governo Lula. Os caciques do PSDB acreditam que com a crise econômica o partido poderá manter a aliança com o DEM e vencer o sucessor de Lula. Como se vê, as eleições municipais serviram de ensaio para a disputa interburguesa pelo poder máximo do Estado.

PT quer manter as mãos dadas com o PMDB

O Partido de Lula foi o segundo em número de votos (19,9 milhões) e o terceiro em prefeituras (411 para 557). Empatou com o PMDB no número de capitais (6), mas encolheu em relação ao que possuía (9). Perdeu nas capitais mais ricas do país (sudeste e sul). A pior derrota foi em São Paulo, embora tenha conseguido vencer em cidades importantes do ABC. Com exceção de Vitória, ganhou em capitais do Norte e Nordeste. Pesou também a derrota em Salvador, num estado governado pelo PT. Em São Paulo, o PT foi o quarto, abaixo do PSDB, DEM, PMDB, com 64 prefeituras.

O problema para o PT está no seu desaparecimento em regiões estratégicas do país. Os votos concentrados no norte e nordeste são resultantes do assistencialismo. Qualquer alteração na política econômica, esses votos migrarão para os partidos da oposição burguesa. Mesmo assim, os petistas também se proclamaram vitoriosos e reafirmaram a importância do PMDB para a eleição presidencial. Farão tudo que o PMDB exigir.

DEM se arrasta atrás do PSDB

O partido oriundo da oligarquia carlista (Antônio Carlos Magalhães) teve o quarto lugar em número de votos (15,9 milhões). Governará a capital mais importante, São Paulo. Foi o partido que mais perdeu, tinha 789 prefeituras e ficou com 498. Em Paulo, ficou abaixo do PSDB, com 77 municípios. Desde o ano de 2000, o DEM vem perdendo força eleitoral, principalmente no reduto nordestino, onde cresceu o PT. A derrota do PT em São Paulo deu ao DEM um certo respiro, onde reduziu a força do PT. O PSDB paulista tem servido de alavanca ao DEM. Em troca, terá o apoio para a candidatura de Serra. As negociações nas eleições municipais ocorrem em virtude de possíveis negociações para as presidenciais. É assim que funciona a política burguesa.

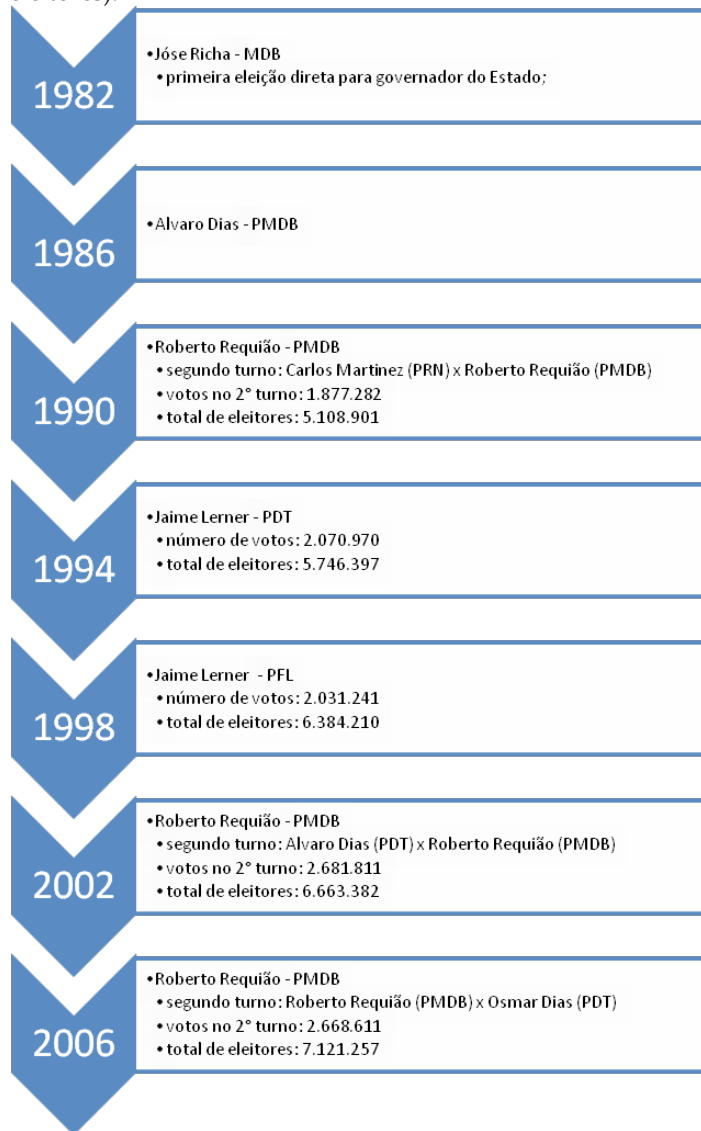
Nada mudou

Como vimos, os maiores partidos estarão dirigindo a quase totalidade dos municípios. Os velhos oligarcas continuarão comandando os orçamentos por todo o país. As disputas interburguesas se deram para ver quem deles ficará com o maior quinhão. As ilusões dos explorados foram bem aproveitadas para se redistribuir o poder municipal entre os algozes do povo. As eleições constituem o campo privilegiado da política burguesa.

A luta revolucionária se coloca na defesa da independência de classe dos trabalhadores. O voto nulo programático foi um instrumento do Partido Operário Revolucionário.

Radiografia da oligarquia partidária no Paraná

No Paraná, são 7.299.999 eleitores em 399 municípios. No Paraná, a possibilidade de segundo turno só existe em quatro cidades: Curitiba (1.254.776 eleitores), Londrina (341.908 eleitores), Maringá (234.417 eleitores) e Ponta Grossa (210.535 eleitores).



Quadro 1 - Governadores Eleitos no Paraná (1982 - 2006)

Ao observarmos, no quadro acima, os governadores eleitos no Estado - nos últimos 16 anos - podemos visualizar uma polarização entre duas camarilhas: grupo do Roberto Requião e do Jaime Lerner. O cenário político do Paraná, após as eleições municipais de 2008, transparece as influências desses grupos e as mudanças ocorridas no cenário político do Estado, são conseqüências das disputas entre esses grupos e das suas fragmentações.

Hegemonia do PMDB nos grotões

O PMDB foi derrotado nos grandes centros do Estado, mas manteve um crescimento numérico e ainda ocupa o primeiro lugar em número de prefeituras. O PMDB possui 138 prefeituras e 1.209.321 votos. Em Curitiba, o candidato do governador Roberto Requião, Carlos Moreira obteve 1,90% dos votos

válidos. O modo ditatorial como Requião conduz o PMDB no Estado provoca a migração de setores da oligarquia regional que tinham no PMDB o seu refúgio e que agora buscam abrigo em outros partidos, sendo que o Partido Progressista (PP) é o que mais refugiou essas velhas raposas da política paranaense. O presidente do PP no Paraná - Ricardo Barros - deixa claro sua intenção de abrigar todas as forças políticas, que tiveram os seus interesses preteridos pelo PMDB de Requião.

Esta postura explicitada pelo presidente do PP fez com que o partido conseguisse eleger mais prefeitos do que o PT, o DEM e o PDT. A cidade de Maringá serve de morada para o PP, a cidade reelegeu o prefeito do PP - Silvio Barros - que é irmão do deputado federal Ricardo Barros, que além de presidente do partido é o nome de mais expressão no Estado. Em Maringá, o PP venceu no primeiro turno com 104.820 votos (57,04%). O partido venceu para prefeito em quatro dos 15 maiores municípios do Estado. Em Londrina, elegeu Antonio Belinati, com 138.926 votos (51,73%), que têm o seu futuro incerto devido à cassação do registro da sua candidatura pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mesmo assim, Belinati mostrou que tem um eleitorado significativo na cidade e que seu apoio, ainda que longe do Executivo, poderá ser valioso. O PP foi o terceiro partido do Estado em quantidade de votos e de prefeituras (38).

PSDB busca se implantar na oligarquia

O PSDB é o segundo partido do Estado (39 prefeituras), mas podemos afirmar que foi o partido que conquistou maior influência nas principais cidades. Os tucanos possuem quase 100 prefeituras a menos que o PMDB, no entanto, obtiveram 139.734 votos a mais do que o PMDB no Estado. Este crescimento do PSDB, no Paraná, é representado pelo prefeito reeleito de Curitiba, Beto Richa, que comparece como uma fachada do novo na política paranaense, mas representa o continuísmo. Os tucanos não têm o seu crescimento vinculado às figuras mais antigas do partido, como por exemplo, o senador Álvaro Dias. Temos de lembrar que o Beto Richa já tinha sido eleito vice-prefeito de Curitiba na chapa composta pelo Cassio Taniguchi, que era o maior representante do grupo do então governador Jaime Lerner. Portanto, o Beto Richa dá expressão a este grupo político que dirigiu o Paraná por oito anos e que aplicou a política desenvolvida nacionalmente pelo Fernando Henrique Cardoso/PSDB.

PT retrocede

O PT foi derrotado nas três maiores cidades do Estado e com isso é o quinto partido em número de prefeituras (32). Em Curitiba, Gleisi Hoffmann sofreu uma derrota esmagadora para Beto Richa (PSDB), obteve somente 18,17% dos votos válidos da capital (183.027 votos). A candidatura de Glesi resultou em 109.938 votos a menos em relação à candidatura anterior do PT, que também foi derrotada pelo PSDB. A candidatura de Glesi fez com que o PT sofresse uma redução, de 62,47%, na sua votação em Curitiba. O deputado federal André Vargas teve uma votação insignificante em Londrina (5,36% de votos válidos). Em Maringá, Ênio Verri, secretário estadual no

governo de Requião também foi derrotado (21,89% de votos válidos).

Essas derrotas do PT possuem um elo, que é o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo. Em Curitiba, a candidatura de Glesi Hoffmann foi imposta ao PT, pelo ministro que pretendia deste modo eleger a sua mulher prefeita da capital. Em Londrina, o deputado federal André Vargas é um fantoche de Paulo Bernardo. Em Maringá, Ênio Verri, que foi secretário do ministro e somente têm espaço no governo Requião como forma de retribuição do governador ao apoio do presidente Lula e do ministro a sua candidatura. Deste modo, o deputado estadual Ênio Verri representa o ministro Paulo Bernardo no governo Requião. Portanto, a derrota do PT no Paraná representa também a derrota de um dos mais importantes ministros do governo Lula/PT, que têm pretensão de disputar o governo do Estado em 2010.

A classe operária desorganizada

O Paraná é um estado essencialmente agrário. De estrutu-

ra econômica baseada em pequenas e médias propriedades, vem cedendo lugar à concentração latifundiária e à agroindústria. Mas a indústria vem sendo implantada nos centros urbanos mais importantes, como Curitiba e Maringá. O que significa desenvolver a classe operária. Acrescenta-se ao fato que a agroindústria forma o proletariado rural, importante para a luta dos camponeses sem-terra, que vem se radicalizando.

Os partidos da burguesia expressam a oligarquia agrária e o empresariado urbano extremamente concentrado. O problema está em que os operários do estado do Paraná carecem de organização por um partido revolucionário. A sua pouca experiência não se deve apenas ao fato de serem jovens mas, fundamentalmente, porque a classe operária nos centros mais industrializados do país não tem o partido, cuja experiência mais importante foi o PCB, que apodreceu no estalinismo. A tarefa que nos coloca é construir essa ferramenta decisiva para conquistar a independência de classe.

Balanço das eleições municipais no estado da Bahia: exemplo de como iludir os trabalhadores

1. Semelhança dos programas dos partidos

No dia 05 de outubro, realizaram-se as eleições municipais em todo o país. No Estado da Bahia, em particular em Salvador, a disputa entre as candidaturas teve uma base programática comum: a) a estratégia eleitoral de chegada ao poder por meio do respeito às regras da democracia e do Estado burguês; b) a disposição de se colocarem como alternativas de melhor gestor do Estado capitalista (prefeituras e câmaras municipais), sob a ilusória promessa de atender às necessidades mais elementares da massa empobrecida, como saúde, educação, moradia, emprego, salários e combate à violência urbana.

O eleitoralismo, o oportunismo e as falsas promessas centralizaram a intervenção partidária das diferentes agremiações e coligações e deles não escaparam sequer os partidos de esquerda legalizados, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB-estalinista) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que juntos constituíram a Frente de Esquerda.

Todos esses partidos, de uma forma ou de outra, com uma verborragia progressista, conservadora ou de esquerda conduziram-se para campo da disputa interburguesa, prometeram solucionar os problemas que atingem as massas e mostraram-se como os mais competentes e preparados em matéria de gestão do Estado capitalista.

Portanto, dissimularam o caráter de classe do Estado, da democracia e das eleições, como métodos e instâncias de resolução dos impasses, conflitos e alternância no poder dos partidos burgueses. Semearam as ilusões nas massas de que é possível, pelo manejo do poder estatal capitalista, atender suas reivindicações.

Isolaram o debate eleitoral da crise econômico-financeira mundial, cujo epicentro é os EUA, que atinge de cheio a economia do Brasil e a vida das massas e saudaram como positivo o assistencialismo do governo Lula, com sua submissão aos

ditames do imperialismo. Fizeram vistas grossas para as privatizações, ataques aos direitos e conquistas trabalhistas, pelas reformas neoliberais, e sequer tocaram na criminalização dos movimentos sociais pelos governos federal, estaduais e municipais, através de prisões, repressão e ameaças.

2. Como se deram as coligações, frentes e debates

Foram apresentadas em Salvador cinco candidaturas: Walter Pinheiro (PT, apoiado por PC do B / PV / PSB), da coligação "Salvador, Bahia, Brasil"; o atual prefeito João Henrique (PMDB, com PTB / PDT / PMN / PSL / PSC / PP / PHS / PRTB), da coligação "Força do Brasil em Salvador"; Antônio Imbasahy (PSDB, com apoio do PPS do ex-estalinista Roberto Freire) da coligação "Pra melhorar Salvador"; ACM Neto (DEM, antes PFL, apoiado por PR / PRB / PTN / PTC / PSDC / PRP / PT do B); e Hilton Coelho (Psol, com PCB-estalinista e PSTU) da "Frente de Esquerda".

As coligações tradicionais se formaram sob a base do poder econômico e do interesse político oportunista de se apropriar dos recursos do Estado para enriquecimento pessoal, repartição de cargos e esferas de influência e financiamento das frações capitalistas (DEM, PSDB, PMDB, PT). A Frente de Esquerda formou-se com base em propostas rebaixadas, que não chegam sequer ao mero democratismo burguês ou nacionalista e estão longe de qualquer sombra revolucionária. Fora isso, as coligações demonstraram o caráter oligárquico dos partidos brasileiros, que se unem ou se separam ao sabor dos interesses locais e regionais.

Os debates realizados ao longo do processo eleitoral se limitaram a ataques entre os candidatos e realização de promessas à população. João Henrique (PMDB) neutralizou as críticas petistas, mostrando que Walter Pinheiro (PT) até pouco tempo estava na sua administração, e que o PT geriu duas secretarias importantes como saúde e educação e que rompeu de última

hora por motivos eleitoreiros.

Walter Pinheiro (PT) destacou os feitos dos petistas no governo de João Henrique, nas secretarias, e amparou-se no Governo Lula e Wagner para ganhar projeção. As denúncias de corrupção, desvio, malversação de recursos públicos, loteamento de cargos, perseguição e repressão de trabalhadores, servidores e estudantes jorraram contra Antonio Imbassahy (PSDB), prefeito por três vezes de Salvador, e o carlismo, na figura do neto do falecido ACM.

Hilton Pinheiro procurou se lamentar das peripécias dos demais candidatos, da imoralidade do atual prefeito e da falta de recursos para as demandas populares. Como aconteceu com Heloisa Helena nas eleições presidenciais de 2006, o programa do Psol se limitou à denúncia moral do gestor municipal, alegando que o problema central não é falta de dinheiro, mas a forma como os gestores os gerem a frente das prefeituras. Supôs todo momento, com a conviência do PSTU, que, ganhando as eleições, o Psol estaria livre e munido das condições morais e técnicas para a solução dos problemas do capitalismo e das massas empobrecidas. Enfim, o Psol, cuja cúpula nacional acha perfeitamente normal receber dinheiro de capitalista (Gerda) mostrou que carrega do PT a estratégia eleitoral do governo popular saída das eleições e que seu objetivo não é a destruição do capitalismo e do Estado burguês pela revolução social e ação direta das massas, mas a humanização do capitalismo e a democratização do Estado em crise.

3. Resultados das eleições municipais

Os resultados mostram os seguintes dados: João Henrique 30,97%, Walter Pinheiro 30,06%, ACM Neto 26,6%, Antonio Imbassahy 8,3% e Hilton Coelho 3,0%. A soma de votos nulos e brancos chegou a 8,68% e o número de abstenções ficou em 19,90%, totalizando 25,58% dos que não votaram, atrás apenas de Belo Horizonte (29,3%) e Rio de Janeiro (28,38%), o que representa um número considerável do eleitorado total de 1.747,280 eleitores aptos a votar.

A Bahia tem 417 municípios, um PIB de 90 bilhões de reais e um eleitorado de 9.153.703 eleitores. Já Salvador tem um PIB de R\$ 22.145.303.000,00 e população total de 2.892.625 hab. Dados demonstram que o PT passa a controlar três das cinco cidades mais importantes da Bahia (Camaçari, Lauro de Freitas e Madre de Deus, que compõem a Região Metropolitana de Salvador com produção de petróleo e de base industrial) e disputa Salvador. No total, o PT conquistou 67 prefeituras, antes governava 27. O PC do B conseguiu reeleger a prefeita de São Sebastião do Passe (Tânia Portugal). O PMDB elegeu 113 prefeitos. O DEM encolheu, passando de 153 para 43 prefeitos. Outros partidos tiveram: PR 41, PP 38 e o PSDB 27 prefeitos.

4. Alianças no segundo turno em Salvador e a posição da Frente de Esquerda

Tão logo foram divulgados os resultados do 1º turno, Walter Pinheiro (PT) e João Henrique (PMDB) saíram à caça de apoios das outras candidaturas. É aí que se manifesta todo o fisiologismo do caráter oligárquico dos partidos. Pinheiro (PT) recebeu formalmente o apoio de Antonio Imbassahy (PSDB), ex-prefeito por duas vezes de Salvador, acusado de desvios de verbas e repressão aos movimentos sociais, do bispo Márcio

Marinho (PR), vice no primeiro turno da chapa de ACM Neto, e do radialista e apresentador de programas sensacionalistas Raimundo Varela. A candidatura de João Henrique (PMDB) foi reforçada por ACM Neto (DEM), aliança costurada pelo oligarca e Ministro de Lula, Geddel Vieira.

Quanto aos partidos que conformaram a chamada frente de esquerda, o PSol, de Hilton Coelho, e o PSTU, afirmaram não apoiar qualquer dos candidatos no segundo turno, sugerindo o voto nulo aos seus apoiadores. O PCB stalinista, essencialmente pró-burguês, eleitoreiro e integrado à democracia capitalista, resolveu apoiar a candidatura de Walter Pinheiro (PT), somando-se, por consequência, à ampla frente petista com partidos da burguesia.

5. Dados do segundo turno em Salvador

Os dados mostram a vitória do atual prefeito João Henrique (PMDB) por 58% dos votos válidos contra 41% de Walter Pinheiro (PT). João conseguiu cerca de 753.487 votos contra seu adversário Walter, que ficou com 535.492. Portanto, João venceu por uma diferença de 217 mil votos. A taxa de abstenção de Salvador neste segundo turno das eleições representou uma das maiores do país, chegando a 344.805 (19,73%), e foi bem maior que no primeiro turno, cuja taxa de abstenção foi de 16,90% do total de votos. Só ficou atrás do Rio de Janeiro e São Luís. Os votos nulos chegaram a 78.231, totalizando 4,48% do total. Já os votos em branco chegaram a 35.263, ou seja, 2,02%. Somando-se as abstenções, votos nulos e brancos, o percentual dos que deixaram de votar totaliza 23,40% dos aptos a votar em 2008. João Henrique (PMDB) terá maioria folgada na câmara de vereadores, sendo apoiado por 29 dos 41 parlamentares.

5. Frente de Esquerda mostra toda sua artificialidade

Tão logo finalizou o primeiro turno das eleições, a Frente de Esquerda expressou toda sua artificialidade. O PCB stalinista, que aderiu à frente, sob a alegação da necessidade de constituir uma alternativa aos outros partidos aproximou-se novamente da frente petista, declarando apoio a Walter Pinheiro (PT), sem nenhum pudor.

Isso mostra que o oportunismo dessas correntes que concluíram uma frente com base em um programa rebaixado ao democratismo pequeno-burguês, disseminando ilusões entre estudantes, trabalhadores, servidores públicos e demais oprimidos sobre a possibilidade de reformas importantes para as suas vidas, através do poder do Estado e da democracia burguesa, sem qualquer ação direta (greves, manifestações, ocupações, assembleias).

Sequer aproveitaram a campanha eleitoral e o espaço para denunciar a crise capitalista e a tremenda exploração que os capitalistas e o governo Lula submetem os trabalhadores e os explorados no país. Desvincularam a campanha dos problemas nacionais e internacionais e transformaram a impotência dos governos para atender as reivindicações das massas em problema de incompetência gerencial do dinheiro público.

O POR fez campanha pelo voto nulo programático. Mesmo com suas limitações, participou de debates sobre a posição dos revolucionários nas eleições burguesas. Por fim, denunciou o apego das correntes da frente de esquerda (PSTU, PCB e Psol) à democracia burguesa e ao eleitoralismo.

Contra toda opressão racial, levantemos a bandeira da Revolução Proletária

O dia 20 de novembro e as mentiras da burguesia branca

Pela força dos movimentos negros, a farsa do século XIX, “o 13 de maio de 1888”, ruiu há algumas décadas. O dia 20 de novembro ergueu-se então como um forma de lembrar a heróica resistência da população negra à brutal exploração a que foi submetida por mais de três séculos, simbolizando a data de assassinato de Zumbi, líder de uma das mais importantes organizações dessa resistência, o Quilombo dos Palmares. O problema está em que a institucionalização do dia da consciência negra acabou amortecendo a luta contra a história oficial.

Já no século XX, a outra farsa, montada pela elite intelectual e econômica, de “democracia racial” e “miscigenação pacífica” no país, começou a ser derrubada pelos movimentos negros das décadas de 70 e 80. Veio então a Constituição de 1988, que estabeleceu a “criminalização” do racismo. Entre um século e outro, tentou-se sufocar a revolta, o ódio que todo o povo negro nutria por seus algozes, por seus assassinos: a burguesia européia e brasileira.

Do século XIX ao século XX, o processo de desintegração do trabalho escravo modificou a face do capitalismo no Brasil, mas não alterou a condição de submissão e exploração da mão de obra negra.

Recentemente, as ditas políticas “afirmativas” querem “amenizar” o problema da questão negra. Supõem que, atendendo a uma pequeníssima parcela da população negra através de cotas, na área da educação, nos empregos públicos, no parlamento etc., vão resgatar a dívida histórica que se têm com os afrodescendentes. Trata-se de mais uma armadilha, a qual tem um agravante: alguns grupos do movimento negro e dos partidos ditos de esquerda apóiam tal farsa. Mais uma vez, na história, querem eliminar a rebelião dos oprimidos contra seus opressores, por meio de uma integração “pacífica” e “gradual”.

Parcelas mais avançadas do movi-

mento negro compreendem isso: não virá do Estado brasileiro (burguês), construído, em sua história, sobre o sangue dos explorados, dos escravos, a verdadeira libertação.

Agora essa parcela do movimento se pergunta: qual será a próxima mentira que os opressores brancos armarão para manter na passividade a massa de oprimidos do país?

A opressão de ontem e de hoje

É sempre bom lembrar: o tráfico negreiro até meados do século XIX trouxe milhões de africanos para o Brasil. Arrancados de seus territórios, serviram de mão-de-obra na extração de riquezas nativas que foram enviadas para a Europa. Ciclo após ciclo, o contingente de africanos foi sendo incorporado às diferentes regiões do Brasil; novas gerações nasceram e cresceram já em território nacional.

No final do século XIX, metade da população brasileira era composta de ex-escravos e seus descendentes. “Liberto”, esse contingente humano teve de concorrer com a população pobre branca, que se compunha de imigrantes pobres das mais distintas nacionalidades. Compuseram com essa população branca, o proletariado urbano e o camponato rural. Ambos, brancos pobres e ex-escravos desfrancizados continuaram sob o jugo dos antigos “senhores”. O trabalho escravo deu lugar ao trabalho assalariado. A burguesia européia e brasileira continuaram mantendo na miséria a massa, agora, assalariada.

Essa é a história dos trabalhadores negros brasileiros. Desterrado, mutilado até a morte, “liberto” e novamente escravizado pelos antigos/novos “senhores” (a burguesia branca de origem européia). Hoje, junto à população pobre branca compõe o exército de força de trabalho a ser explorado e novamente mutilado.

De acordo com o censo do IBGE de 2000, cerca de 46% da população brasileira, é negra. Sabemos que esse número é maior, já que o passado racista fez com que as pessoas desconhecem

sua origem e não se autodefinissem nas pesquisas como afrodescendentes. A realidade é que, nas costas da maior parte da população, há a marca de uma escravidão de três séculos e, por três séculos, o proletariado e camponato brasileiro foi excluído da cultura, da educação etc. O peso dessa exclusão se reflete em todo tipo de discriminação (na escola, no trabalho, nas ruas etc.). A última pesquisa do DIEESE de 2007, realizada em cinco capitais mais o Distrito Federal, reafirma o que todos já sabemos: entre os pobres, a população negra é a mais miserável, a mais desempregada, a que recebe os piores salários e tem as menores taxas de escolarização. De ponta a ponta do país, essa é a sua realidade atual. Realidade que é consequência de seu passado.

Quebrar os grilhões, arrancar à raiz toda opressão

Se o trabalho escravo negro serviu para enriquecer a burguesia européia e consolidar a débil burguesia nacional, como resgatar tudo o que foi tirado do povo negro? Como resgatar 500 anos de opressão econômica, cultural, social e física?

Há uma só resposta para essa pergunta: através dos mesmos meios que os escravos dos séculos passados utilizaram contra seus “senhores” - a rebelião das massas, a revolta e a resistência organizada.

Os Quilombos, as Rebeliões do século XIX, como a Balaia, a Cabanagem etc., fazem parte da história da luta de classes no Brasil. Representaram, em nosso país, a união de todos os oprimidos, negros, índios, camponeses pobres brancos, contra o Estado e a burguesia parasitária. Só foram sufocadas pelo massacre e assassinato das lideranças, como Zumbi, e por não contarem com uma resistência mais organizada.

A armadilha que os trabalhadores negros e brancos têm hoje para apaziguá-los é a ilusão na “democracia burguesa” (a mesma democracia que antes foi chamada de “racial”). A ilusão de que se alguns negros, selecionados cui-

dadosamente, estiverem no parlamento corrompido, de parasitas e vendidos, a opressão sobre o negro deixará de existir. É falso!

Nos EUA, venceu as eleições o candidato Democrata, Barack Obama. Agora a super potência imperialista tem à frente um negro. Isso vai mudar a situação de miséria do mundo? O capitalismo deixará de existir como sistema de exploração e opressão? O continente africano agora deixará de ser espoliado pelos imperialistas? Obviamente que não.

Não foram leis ou “indivíduos” que derrubaram as farsas anteriores, não serão leis ou políticos burgueses, brancos ou negros, que farão toda a opressão secular desaparecer. Será a luta! A luta de classes contra a burguesia nacional e mundial.

Não devemos exigir leis que “amenizem” a situação atual, escolhendo qual parcela da população deve ser

“premiada” em detrimento da maioria. Devemos exigir tudo o que nos foi tomado! Não vamos exigir cotas nas universidades para uma parcela dos negros, vamos exigir Ensino Superior para TODOS! Não vamos implorar por mais empregos para uma parcela, vamos lutar por empregos para TODOS! Se o Brasil é negro e se a classe trabalhadora, sobretudo, operária, é negra em sua maioria, vamos lutar pela maioria e não pela parcela que a burguesia branca permite “incluir” em suas políticas “afirmativas”. Chega de farsas! Chega de opressão!

Os instrumentos, hoje, para a revolta da maioria estão dados: a classe operária levanta a bandeira da Revolução Social, da Revolução Socialista. Com a Revolução, todas as riquezas materiais e imaterias que foram produzidas com o suor e sangue dos explorados serão a eles devolvidas. A Revolução expulsa o imperialismo norte-americano e

européu do país. A Revolução retira a grande propriedade dos capitalistas e entrega nas mãos da classe operária. A Revolução resolve as tarefas pendentes de nosso país atrasado, como a fome, a falta de emprego, de educação, de saúde etc.

Para concretizar a Revolução Proletária, da maioria oprimida, a classe operária negra e branca tem a tarefa de construir uma organização à altura da tarefa colocada. Essa organização é o Partido Operário Revolucionário. Defender e lutar pela Revolução Proletária, construindo o seu Partido, arrancará à raiz toda a opressão racial e de classe, significará a libertação definitiva!

- Pela revolução socialista!
- Construir o Partido Operário Revolucionário!
- Quebrar o Estado racista!
- Expropriar todas as riquezas da burguesia!

No dia 081108, a Corrente Proletária Estudantil organizou um debate sobre a Consciência Negra e Consciência de Classe, em Francisco Morato (SP). O texto abaixo foi distribuído no encontro.

Abolir a discriminação racial e a opressão de classe!

No ano em que se comemoram os 120 anos da abolição da escravidão no Brasil (1888-2008), a burguesia, seus governos e suas organizações divulgam e fortalecem a idéia de que as políticas públicas podem reduzir os problemas sociais que os negros sofrem.

O dia da Consciência Negra - 20 de novembro - deve ser lembrado como um dia de resistência e manifestação dos oprimidos contra os opressores. A comemoração tem se limitado apenas à questão cultural e, na maioria das vezes, tem função distracionista.

A discriminação racial sobre os negros faz parte da opressão da burguesia sobre a classe operária e demais oprimidos.

Determinam-se as classes sociais pelo lugar que estas ocupam nas relações de produção, a definição não

é feita através da cor da pele. A grande parte dos negros pertence à classe operária, portanto os negros e todos os oprimidos devem ter a consciência de classe, ou seja, saber a que classe pertencem e ter claro que o inimigo comum é a burguesia.

A política pública do governo para os negros é a de ações afirmativas, praticada através do sistema de cotas.

A pesquisa mais recente do governo diz que os problemas de emprego, renda, educação e outros, são desigualdades raciais e não problemas econômicos e sociais, e que, segundo a política reformista, as desigualdades seriam resolvidas com a política de ações afirmativas. No entanto, as cotas atendem uma pequena parte da classe média negra e maioria continua excluída.

Os capitalistas e governos escondem que a exploração do trabalho é a origem dos problemas econômicos e sociais. O conjunto dos operários deve ter consciência de classe para lutar contra a discriminação racial e opressão da classe burguesa.

A classe operária tem de rejeitar a política reformista, que procura reduzir e amenizar os problemas. A maioria oprimida deve lutar pela abolição definitiva da exploração do trabalho e pela destruição da sociedade capitalista. O fim da opressão de classe será conquistado com a revolução social, proletária, capaz de acabar com a exploração e pôr fim às discriminações e preconceitos da burguesia.

20 de novembro:

- Pela Consciência de Classe!
- Pela revolução proletária!

Criminalização dos Movimentos Sociais

Onze Sem-Terras são Condenados pelo STF

Durante a ocupação da fazenda Santa Clara, em São José dos Campos, Vale do Paraíba, no ano de 2000, ocorreu a prisão de onze sem-terras. São eles: Eulino, Gama, Elias, Leifas, Júlio, Luciano, Marcos, Lucas, Marcela, Marleide e Mara. Foram acusados pela justiça burguesa por crimes comuns. Um dos condenados nos relata: “Tínhamos plena consciência que éramos presos políticos, porque participamos de uma ação política e também ficamos um mês em cárcere no presídio Putin em São José dos Campos e as Mulheres na cadeia feminina de Taubaté”.

Foram obrigados a assinar crimes como 155 (furto), 157 (roubo), formação de quadrilha, cárcere privado, 165 (dano) etc. Veja a que ponto chegou: o latifundiário acusou-os de roubar da sede da fazenda um chapéu de boiadeiro, um re-

lógio de pulso, um CD do Chitãozinho e Chororó.

O que ocorreu na fazenda Santa Clara, não é diferente do que acontece em outras regiões do país. Existe um movimento dirigido pela burguesia para a criminalização dos movimentos sociais. Querem transformar as lutas dos trabalhadores por terra, moradia, emprego, salário em crimes comuns.

É necessário que os sindicatos, movimentos populares e camponeses se coloquem em defesa dos companheiros contra mais essa brutalidade da burguesia e seus governos. Nenhuma condenação aos lutadores! Punição aos assassinos dos camponeses sem-terra!

Toda força à campanha pelo fim das perseguições e pela não prisão dos lutadores!

No dia 14/11/08, houve um ato público na USP para protestar contra a repressão a estudantes e funcionários pela reitoria, por causa da ocupação e da greve de 2007, contra os decretos intervencionistas e privatistas do governo José Serra. O POR atuou distribuindo o material abaixo:

Enfrentar a repressão aos estudantes e funcionários da USP!

A burocracia se aproveita do atual quadro de refluxo do movimento de estudantes e funcionários da USP para colocar em prática a repressão aos que protagonizaram a greve e a ocupação da reitoria de 2007.

Os processos internos e também na polícia continuam contra diversos estudantes. Diretores do Sintusp sofrem suspensões e chegam a ser ameaçados de expulsão com pretextos administrativos, mas na verdade por causa de sua participação nas mobilizações contra os decretos do governo e a burocracia que defende os interesses governamentais dentro da universidade.

Expõe-se claramente a farsa do acordo que deu fim à ocupação: não está sendo cumprida nem a não-punição aos participantes do movimento, nem a não-aplicação dos ataques previstos no decreto de Serra; o V Congresso da USP naufragou e não há nem sinal de construção de mais moradia.

A repressão aos movimentos é a forma de expressão mais aberta da ditadura de classe da burguesia contra os explorados. Na universidade, é a manifestação violenta da defesa dos interesses da

minorias parasitárias contra os da maioria que trabalha e estuda. Os movimentos sociais em geral têm diante de si a tarefa de enfrentar a repressão.

A repressão às lideranças é uma forma da repressão aos movimentos. Seu objetivo é intimidar as bases, pressionando-as a recuarem diante do ataque às lideranças.

A defesa das lideranças atacadas pela repressão se liga à defesa das reivindicações e da luta por elas. Somente a pressão social da mobilização pode defender de fato as lideranças contra a perseguição política. É por isso que a defesa das lideranças está ligada à defesa das reivindicações e não se pode separá-las. Sem mobilização, abre-se espaço para a repressão prosseguir contra estudantes e funcionários. Não se trata de uma questão meramente jurídica (de ter bons advogados cuidando do caso), e sim de ampliar a pressão social sobre a reitoria e governo.

É fundamental a mobilização contra a repressão a membros do movimento, e também a retomada da luta contra a ingerência do governo do estado na universidade e contra os decretos que

aos poucos colocam em prática todas as medidas contra as quais se levantou a ocupação da reitoria de 2007, a exemplo do Ensino a Distância, previsto para ser implantado nas estaduais paulistas, e da maior privatização da pesquisa, embutida na nova lei de Serra.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

A crise política na Bolívia



Evo Morales se mostra incapaz de enfrentar a direita. Só a luta revolucionária das massas poderá derrotar a Meia Lua!



Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

Burocracia da Apeoesp aceitou a prova para os contratados e o ensino a distância

No dia 31/10, a APEOESP realizou o Conselho Estadual de Representantes (CER) e uma assembléia. Não fez campanha para mobilizar os professores e, por isso, estava esvaziada. Isso ocorreu porque já havia negociado com o governo os critérios da prova.

Os dois pontos fundamentais do CER e da assembléia eram: 1) a proposta do TRT para a prova dos OFAs e estáveis, estabelecida no Decreto que gerou a greve dos professores no primeiro semestre deste ano e 2) a proposta de flexibilização do ensino do Conselho Estadual de Educação, que implanta a educação a distância. Como a assembléia não teve quorum, prevaleceu a decisão do CER, controlado pela burocracia. A Corrente Proletária e outros agrupamentos menores rejeitaram a proposta, mas o PSTU e a maioria da Oposição Alternativa se aliaram com a decisão da burocracia.

Posição da Corrente Proletária

A greve demonstrou a disposição de luta dos professores para barrar as medidas do governo Serra, sobretudo o Decreto 53037, que estabelece o processo seletivo para contratação temporária (válida por um ano) de professores. Não houve nenhuma assembléia massiva que se colocasse pela defesa de propostas “alternativas” ao decreto, isto é, a prova. Portanto, a aceitação da prova é de responsabilidade da burocracia sindical e do PSTU.

A burocracia sindical não queria a greve. Essa foi desencadeada pela vontade da base e, portanto, suspensa, logo que encontrou uma porta de saída: negociação com o governo, mediada pelo TRT. Após várias reuniões, o resultado: MANUTENÇÃO DA PROVA PARA OFAs E TAMBÉM ESTÁVEIS. Mas isso é apresentado pelos burocratas como uma “conquista” da greve e sua atuação como “representante da categoria, legitimamente eleita”.

A *Corrente Proletária* defendeu que a direção do sindicato encaminhasse o que havia sido definido na greve: DERRUBA-DA DO DECRETO! Por consequência, foi contrária a qualquer forma de negociação de pontos do mesmo, bem como a participação da diretoria da APEOESP na comissão que “fiscaliza” os critérios da prova dos OFAs e estáveis.

Burocracia enverniza a proposta do TRT

A proposta acordada entre governo e sindicato, apresentada como sendo do TRT (como se esse órgão fosse neutro e não um braço do Estado) mantém a essência do decreto: demissão de OFAs. A diretoria da APEOESP, entretanto, tentou enfeitá-la destacando as ínfimas alterações que em nada alteram tal essência. Antes do CER e da assembléia de 31/10, apresentou tal defesa. A Corrente Proletária rebateu dizendo:

1. A diretoria da APEOESP afirmou que “a força da greve obrigou o governo a alterar o caráter da prova que seria eliminatório”, ou seja, agora será classificatório. O problema é que todo o início de ano diminui a quantidade de aulas, pois mais salas são fechadas. No início de 2008, mesmo

os efetivos tiveram problemas para completar sua jornada em uma só escola. Mesmo tendo caráter “classificatório”, a prova manterá seu caráter seletivo. Prevalecerá a concorrência entre os professores que serão demitidos no início de 2009 e os que, temporariamente, terão algumas aulas, se forem bem na prova. Sem haver reabertura de salas e escolas fechadas, sem divisão das aulas sem redução de salário, não haverá emprego para todos. O caráter classificatório perde seu sentido. Resultado: desemprego para milhares de OFAs.

2. A burocracia aceitou o fato de: “O conteúdo da prova mencionada” ficar “restrito à Proposta Curricular do Estado de São Paulo”. Ora, os professores rechaçaram as apostilas do governo durante todo o ano e, sobretudo, no decorrer da greve. Os alunos chegaram a promover protestos queimando na praça estes materiais. Resultado: o desemprego para milhares de OFAs terá como base as correntes que nos amaram durante todo o ano, para atender aos objetivos do governo de domesticação de alunos e professores.
3. A diretoria apontou o mérito da intervenção do TRT quanto ao maior peso no tempo de serviço na classificação total. De acordo com a proposta, será considerado um máximo de 80 pontos para a prova, 80 pontos para o tempo de serviço e 20 pontos de títulos. Ou seja, “a proposta da Secretaria da Educação no quesito pontuação era: 80 pontos para nota e 20 pontos para tempo de serviço...”. Desconsiderou que a “mudança” não conterà as demissões, porque os OFAs com mais tempo na rede e com melhores notas poderão até ter alguma chance, os mais novos com notas altas terão uma chance menor e os mais antigos com menores notas ficarão sem aulas. Resultado: desemprego para milhares de OFAs.
4. A diretoria da APEOESP apontou que a classificação dos professores em nível de diretoria de ensino é mais uma vitória, pois “inicialmente, a Secretaria determinou que a classificação fosse por unidade escolar”. Sem dúvida, amplia-se o leque de escolha do professor, mas sobre o que? Sobre uma quantidade ínfima de aulas. Mais uma vez destacamos: esta medida não garantirá emprego, pois, há muito tempo, os OFAs são obrigados a se inscreverem em várias diretorias de ensino porque não há aulas para todos. Resultado: desemprego para milhares de OFAs.
5. A burocracia proclamou a vitória diante de uma situação gravíssima: não haverá dispensa de todos os OFAs, só dos que não tiverem aulas no início do ano. Considera isso bom já que “o decreto 53037 previa a dispensa de todos os ACTs”. Não cabe a uma direção sindical escolher entre o pior e o ruim e sim organizar a luta para concretizar a ESTABILIDADE PARA TODOS, INDEPENDENTE DO TEMPO DE SERVIÇO, conforme aprovado em assembléia de 14/10/05 e que ela ignora. Resultado: mantém-se o desemprego anterior e ainda aumenta-se o desemprego em 2009 para milhares de OFAs.
6. A diretoria da APEOESP, finalmente, festejou que nossa

greve tenha garantido a criação de 75 mil cargos de professores para jornada de 10 horas, a partir de 2009. É bom lembrar que esta medida está em consonância com a **flexibilização do ensino** (ver a seguir) e que por esta jornada o salário do professor teria um valor equivalente ao mínimo nacional (R\$ 415,00)! Além disso, esse “concurso” nem foi ainda criado e se existir será em 2009 para que os professores assumam os cargos em 2010.

TRT passou por cima dos burocratas

Durante o CER veio à tona a Resolução nº 69. Nela, ficou evidente a farsa da negociação. O governo garantiu o que queria desde o início: desconsiderar o tempo de serviço daqueles que farão a prova. Ou seja, a tal conquista de 50% para a nota da prova e mais 50% para o tempo de serviço foi por água abaixo. O governo engambelou a diretoria. Não há nada que afirme que a soma dos pontos referentes ao tempo de serviço totalizará 80 pontos.

O PSTU ficou desapontado e parte da Oposição Alternativa criticou a farsa do tempo de serviço.

A Corrente Proletária manteve a posição de defesa do emprego a todos os professores e da decisão das assembleias, rechaçando os acordos de cúpula.

- REJEITAR A PROPOSTA DO TRT E CUMPRIR A DECISÃO DAS ASSEMBLÉIAS
- ABAIXO O DECRETO 53037.
- ACEITAR A PROPOSTA DO TRT É CONCORDAR COM A DEMISSÃO.
- ESTABILIDADE PARA TODOS OS OFAS, INDEPENDENTE DO TEMPO DE SERVIÇO!
- EMPREGO A TODOS ATRAVÉS DA ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO.

Depois do estrago, vieram os cursos preparatórios

Repetimos: a burocracia e PSTU/ Oposição Alternativa suspenderam a greve, aceitaram participar das comissões de avaliação desempenho nas escolas e da comissão proposta pelo TRT para discutir os critérios da prova do OFA. Quando denunciarmos o acordo firmado, o dirigente do PSTU disse na assembleia que estávamos mentindo. Foi aclamado pela burocracia traidora.

O governo impôs as regras para a seleção dos contratados. Diante disso, só restaram correr atrás do prejuízo. Aproveitam o desespero dos OFAs para comparecer perante os professores como aqueles que querem ajudá-los a passar na prova. Para isso, armam cursos nas subseções da Apeoesp. Rejeitaram as propostas de luta para derrotar o decreto e posam de bonzinhos diante do desespero dos que serão demitidos.

Também é bom lembrar que setores oposicionistas se colocaram corretamente contra a traição dos burocratas, a exemplo da FOS. Mas não conseguiram enfrentar a pressão dos que quebraram a greve e aceitaram o acordo do TRT. Acabam usando o mesmo argumento: os professores querem os cursos. Isso demonstra que a FOS não entendeu o significado mais profundo do combate à medida governamental que leva à demissão e que exige como única via de solução a retomada do movimento coletivo e grevista.

A Corrente Proletária denunciou o acordo traidor e combateu a política do PSTU, de aliar à burocracia. Apontou que só havia um caminho: reorganizar o movimento de resistência

para pôr abaixo o decreto da demissão. Participar de um curso preparatório para uma prova criada artificialmente pelo governo e combatida por meio da greve obscurece a consciência dos trabalhadores que se individualizam e concorrem entre si para ver quem tem o emprego e quem será demitido.

Chegou o ensino a distância

No dia 17/10, foi publicada a Deliberação nº 77/2008 sobre a constituição dos componentes curriculares do ensino fundamental e médio. Diz assim:

1. a Matriz Curricular deve estar subordinada à Proposta Pedagógica a ser elaborada pela escola ou rede de ensino, que deve utilizar a **flexibilidade** que a LDB preconiza na gestão e na organização do ensino. Ou seja, as turmas podem ser formadas não pelo critério da série, mas considerando-se a idade, a competência ou mesmo o nível de conhecimento para o ensino de línguas estrangeiras, artes ou outras disciplinas. As cargas horas semanais e anuais também podem ser revistas, isto é, pode ocorrer a alternância das disciplinas ou conteúdos ao longo do semestre ou ano; a montagem de blocos trimestrais ou semestrais de componentes curriculares organizados por série ou não, dentre outras formas.
2. “No ensino médio, quaisquer componentes curriculares poderão ser na modalidade semipresencial”, isto é, pela “auto-aprendizagem”, que pode tirar até 20% do total de horas destinadas ao curso. Trata-se do ensino a distância, que também poderá ser usado no ensino fundamental para complementar à aprendizagem ou “em situações emergenciais”.
3. “Novos componentes curriculares, introduzidos, obrigatoriamente, por lei específica, serão tratados nos termos da presente Deliberação”. Ou seja, as disciplinas de Sociologia e Filosofia estão sendo consideradas obrigatórias em todas as séries do ensino médio, mas “quando o curso for seriado”. Além disso, as novas disciplinas terão de enfrentar o problema do ensino a distância.

Como visto, a Deliberação 77, estabelece a FLEXIBILIZAÇÃO DO ENSINO através de três mecanismos: 1) nova forma de organização dos alunos (turmas que não serão fixas ao longo do ano); 2) nova forma de organização dos cursos, afetando a grade curricular (cursos semestrais, trimestrais etc.) e 3) introdução do ensino a distância, retirando pelo menos 20% da grade curricular do ensino médio. A diminuição de aulas ocorrerá com certeza, podendo se dar em todas as disciplinas.

No CER, a burocracia fez jogo duplo: procurou “tranquilizar” os presentes, alegando que a carga horária prevista na LDB para ensino presencial tem de ser respeitada pelo CEE e SE e que não pode haver uso de 20% da mesma para ensino a distância e, por outro lado, divulgou um documento tratando dos “prejuízos” que traz o ensino a distância. A não rejeição do ensino a distância foi o método da burocracia para permitir que o governo o implante.

A Corrente Proletária denunciou a flexibilização do ensino presente na Deliberação 77. Colocou-se contra as negociações em relação a esta medida. Defendeu ainda:

- O RECHAÇO AO ENSINO A DISTÂNCIA!
- GARANTIR O EMPREGO A TODOS ATRAVÉS DA REDUÇÃO DA JORNADA (DIVISÃO DAS AULAS), SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO, ISTO É, PELA ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO!

Eleição no Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Rondônia (Sintero) Burocracia é reeleita

A burocracia do Sintero realizou eleições nos dias 3 e 4 de novembro. Foram inscritas três chapas.

A **Chapa 1, "SINTERO SOMOS NÓS NOSSA FORÇA NOSSA VOZ"**, foi composta majoritariamente pela atual diretoria, que há 19 anos controla o sindicato. São do PT, e dirigem o sindicato desde a sua criação, cujo primeiro presidente foi o atual prefeito Roberto Sobrinho/PT. Outros carreiristas, que já se consagraram a partir da diretoria do Sintero, são: Nereu, Fátima Cleide, Manoel Rodrigues, Daniel Pereira e José Wildes. São burocratas que usam o sindicato como carreira política eleitoral.

A **chapa 2, "MUDANÇA JÁ"**, foi formada majoritariamente pelo PCdoB, que demagogicamente discursa contra as **chapas 1 e 3**. Tudo propaganda enganosa. O PCdoB é carne e unha do PT. Apóia o governo Lula e serve de correia de transmissão para a política burguesa nos sindicatos. Esta **chapa** se dizia oposição às duas chapas e abrigava os descontentes com a atuação da burocracia petista no Sintero.

A **chapa 3, "RENOVAÇÃO, INDEPENDÊNCIA E CONQUISTAS"**, era a cara-metade da chapa 1. Apesar de dizer que se opõe a atual gestão, a chapa 3 foi constituída de aprendizes mais novos e próximos dos burocratas da **chapa 1**. Portanto, nada se diferenciou da política do reformismo e do estalinismo.

Como era de esperar, a chapa 1 foi reeleita. Obteve 42% dos votos. Com isso, ficou com a maioria das diretorias regionais (7 de

um total de 11). Foi apoiada pela CUT, CNTE, Força Sindical, PT e PDT. A chapa 3, encabeçada pelo tesoureiro do sindicato, conseguiu 29,06%. E a chapa 2, PCdoB, teve 28,7% dos votos. A vitória dos governistas na direção do sindicato implica continuísmo da paralisação. Por outro lado, as alternativas não eram melhores.

Posição da Corrente Proletária

A burocracia do sindicato não implementa a democracia sindical. As eleições estão sob o controle dessa direção. Não há um processo democrático de discussão de programas e de plenárias de base. Durante toda gestão, conduz o sindicato de forma autoritária. Portanto, não há interesse dos burocratas em politizar os trabalhadores. O sindicato acaba servindo aos interesses dessa cúpula dirigente e de apoio às medidas do governo Lula. As eleições parecem como arranjos entre os burocratas. E a base é usada para votar em uma das alas.

A Corrente Proletária denunciou a farsa das eleições do Sintero. Mas não teve força para organizar os trabalhadores da educação para constituir uma chapa verdadeiramente de luta. Colocou-se pelo voto nulo programático, que significa a defesa da democracia sindical e das reivindicações vitais dos trabalhadores. Fez um chamado à vanguarda consciência para a necessidade de pôr em pé a fração revolucionária no Sintero.

Funcionários de Escola - SP

Serra impõe medidas contra a vida dos funcionários

O governo Serra impôs a Lei que regulamentou a terceirização entre os funcionários da Secretaria da Educação. Usou a Constituição Federal, artigo 37, inciso XXI, para implementá-la.

Os funcionários há alguns anos sofrem com a precarização do trabalho. Começou no governo Covas com as contratações pelas APM's, depois se aprofundou com Alckmin, com as cooperativas, e, agora, Serra modifica o módulo escolar, com a justificativa de que está se "enquadrando" à Constituição. Para isso, concentrou os poucos concursados em algumas unidades escolares, permitindo que a maioria das escolas recebessem os funcionários das empresas terceirizadas. Dessa forma, os serviços de limpeza e de merenda foram quase que completamente terceirizados.

Pioram as condições de trabalho

Há quase 15 anos estamos sem reajuste salarial. Em 2000, o quadro de apoio escolar teve algumas gratificações incorporadas; tal medida não significou um aumento de salário. Para piorar, as migalhas incorporadas não foram para

todos. O Quadro de apoio escolar (QAE) recebeu a incorporação, enquanto o Quadro dos Servidores (QSE) não. De lá para cá, nossos salários estão cada vez mais defasados com o aumento do custo de vida. O peso das crises econômicas que alcançam os governos e empresas capitalistas é descarregado também sobre nós, trabalhadores da educação.

Direção do sindicato colabora com o governo

A burocracia diz que a precarização do trabalho avança por culpa da "pouca profissionalização" no setor. Então o que eles fazem? Corre atrás dos deputados vendidos para que votem em favor dos funcionários. Esconde que desde de 1998, governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma reformulação da Constituição Federal permitindo a terceirização. Oculta também que o Governo Lula mantém a Lei de Responsabilidade Fiscal e elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento de Educação, criando mecanismos para implantar a terceirização dos setores de limpeza e merenda. E que Serra im-

planta o que já foi decidido em nível federal.

As consequências são violentas: aumentou a superexploração do trabalho, a precarização e o salário continua de fome.

Nossa resposta aos ataques de Serra

- Temos de rechaçar esta política que privatiza a educação e, com o dinheiro público, enche os bolsos dos donos das cooperativas e das grandes empresas. Defendemos:
- Emprego a todos através da efetivação dos trabalhadores que já provaram seu trabalho dentro da escola e da escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos funcionários, sem redução de salário).
- Fim de todo trabalho temporário; efetivação já!
- Defesa da escola pública, gratuita, laica e vinculada à produção social.
- Salário mínimo vital (que atenda de fato nossas necessidades) de, no mínimo, R\$ 2.750,00.

Educação Proletária – Parte 3

Depois de estudarmos o texto de Lunatcharski, o nosso curso de formação prossegue com alguns capítulos de “O Capital”. Escolhemos para iniciar o capítulo XI, do Livro I, “Cooperação”, por se tratar do texto em que Marx busca analisar “histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista”. Tal estudo se fundamenta pela necessidade de compreender a fundo a concepção marxista de educação. Para isso, precisamos recorrer à própria gênese do trabalho sob o modo de produção capitalista. A concretude da concepção marxista, que afirma a necessidade da conjugação entre ensino e trabalho produtivo, só pode ser assimilada pelo conhecimento histórico de como se originou e se desenvolveu esse “trabalho produtivo”. Veremos então que as relações que Marx expressa em seus escritos refletem o movimento real de aproximação entre educação e trabalho e a necessidade de superar os aspectos deformadores de um e de outro.

Dividimos o capítulo em duas partes para facilitar a compreensão dos conceitos. A primeira parte foi estudada no último sábado de outubro (dia 25), e a segunda será estudada no dia 30 de novembro. Segue um pequeno resumo das principais idéias levantadas.

XI – Cooperação

O objetivo de Marx é mostrar como se inicia a marcha da produção capitalista. Ele aponta que sua origem está ligada ao fato de que um mesmo capital coloca em movimento um número maior de trabalhadores. Esse trabalho que surge sob o domínio do capital é de natureza diferente dos trabalhos anteriores (dos modos de produção anteriores). Uma diferença que aparece imediatamente como quantitativa, pois é originada da cooperação entre os trabalhadores e que se assenta na extração de mais-valia absoluta (ou seja, só é significativa pela quantidade de trabalhadores empregados e pelo tempo da jornada de trabalho), acaba ganhando implicações pelo próprio caráter da cooperação.

Entre as conseqüências imediatas do trabalho cooperado, estão: a) o fato de as diferenças individuais de cada trabalhador diluírem-se no conjunto de trabalho realizado por todos os envolvidos no processo produtivo, criando um trabalho social médio; b) em decorrência do ponto anterior, fortalecem-se os grandes capitalistas, que podem empregar mais trabalhadores e aproximarem-se assim da produção média social em detrimento dos pequenos capitalistas, que têm menor capacidade de suportar os “desvios” da média – sobretudo para baixo; c) o fato de os custos da produção diminuírem, alterando a relação entre o capital constante (meios de produção em geral) e o variável (capital empregado para pagar a força de trabalho), alterando assim o valor da mercadoria; d) em decorrência do ponto (c), haver uma progressiva diminuição do valor da força de trabalho,

aumentando, em contrapartida, a extração da mais-valia absoluta.

Tais implicações imediatas do trabalho cooperado na produção capitalista são todas possíveis unicamente pela natureza desse trabalho, sem que haja ainda qualquer modificação da base técnica do processo de trabalho. Prevalece a extração da mais-valia absoluta. Nesse ponto, Marx conceitua “cooperação” como “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”.

Essa “forma de trabalho” modifica também a produtividade de cada trabalhador individualmente, pois este, colocado no interior da cooperação, recebe outros estímulos, sejam decorrentes do próprio trabalho coletivo, sejam decorrentes do domínio do capital. Ele tem sua produtividade elevada. Mas não só isso. Na cooperação, surge uma força produtiva de natureza distinta da força de trabalho individual: trata-se de uma força produtiva de massa, como Marx escreve.

O produto dessa força produtiva de massa (social) é superior à quantidade produzida individualmente por um conjunto de trabalhadores separados. Assim, uma jornada de trabalho de 12 homens em cooperação produzirá mais mercadorias do que os 12 homens trabalhando separadamente. Além da quantidade ser superior, o ritmo com que essa quantidade é produzida também é maior. Alguns trabalhos, por exemplo, que exigem, por sua própria característica, o trabalho cooperado, como a construção de grandes obras, são realizados

de forma mais rápida pelo trabalhador coletivo do que pelos trabalhadores individuais, uma vez que o trabalhador coletivo “possui olhos e mãos à frente e atrás e, até certo ponto, o dom da ubiqüidade”.

Com a produção maior de mercadorias e de valores de uso por essa força produtiva social, diminui a utilidade dos produtos e o circuito do mercado capitalista começa a se instaurar, ainda que de forma embrionária – os valores de troca começam a determinar a produção de mercadorias.

Encerramos essa primeira parte do texto com a reflexão de Marx de que “ao cooperar com outros de modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie”.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Explode a Crise Mundial do Capitalismo: Para Onde vai o Brasil?



A Arma do Proletariado: O Programa de Transição da IV Internacional



Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

Balanço da greve dos bancários no Paraná

O início da campanha salarial de 2008 dos bancários foi marcado pela postergação da greve nacional por parte da CONTRAF/CUT. Esta hesitação do comando nacional dos bancários fez com que alguns estados iniciassem isoladamente a sua greve, a partir da paralisação do dia 30/09. A maioria das direções sindicais, as quais estavam envolvidas até a medula no “circo” eleitoral, aguardou os resultados do 1º turno

das eleições para iniciar uma greve nacional. Deste modo, colocaram-se os interesses dos bancários em segundo plano e dirigiu seus esforços para a caça de votos para seus candidatos.

Não bastasse esta hesitação inicial, as burocracias sindicais tentaram disseminar na categoria, durante todo o processo de greve, ilusões a respeito do governo Lula. O Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB), dirigido pelo PSTU, também compactuava com os setores da burocracia da CONTRAF/CUT, que formulavam a necessidade de fazer “exigência” ao governo Lula/PT. Veja o que diz o dirigente do MNOB, Wilson Ribeiro, em seu balanço da greve divulgado no site da CONLUTAS: *“Qual foi o papel desempenhado pela direção do movimento nesse processo? Wilson – A CUT tentou de todas as formas apresentar um calendário distante da base. Negavam-se a fazer greve antes das eleições e diziam que não havia crise nenhuma, que ela não iria afetar e que os bancos brasileiros estavam bem. Ela, junto com o governo, escondeu a crise dos trabalhadores. Além disso, desvinculou a campanha salarial com as eleições e o governo. Não fizeram qualquer tipo de exigência ao governo Lula, o que desarmou a categoria.”* Portanto, a CONTRAF/CUT e MNOB tinham ilusões de que o governo Lula fosse sair em defesa dos bancários em greve.

Qual foi atitude do governo Lula diante da greve nacional dos bancários?

Saiu em socorro dos bancos, dos exportadores e tentou minimizar a alta do dólar. **Portanto, não deu nenhuma importância para as reivindicações dos bancários.** Baseado em fatos como esses, extraídos da nossa realidade, nos contrapusemos às afirmações que foram feitas na FOLHA BANCÁRIA (especial BB 200 anos do dia 13/10) – no artigo **“O Banco do Brasil está a venda”**, onde o dirigente sindical André Machado formulava a necessidade de fazer “exigência” ao governo Lula, quando afirmava **“O Governo Lula foi eleito para impedir e reverter as privatizações não pode compactuar com pressões dos especuladores internacionais”**.

O governo Lula não só compactuou, como também protegeu esses especuladores! Para isso, concedeu ao Banco Central poderes para interferir diretamente nas carteiras de créditos dos bancos em situação de risco, liberou o recolhimento de compulsórios, injetou bilhões de Reais no mercado financeiro e passou a dilapidar as reservas cambiais com leilões de dólares. **Portanto, o governo Lula se enfileirou no caminho intervencionista dos EUA e Europa de arrumar liquidez e salvar bancos.** Apontamos que somente a luta de classe é que decidirá até onde a classe capitalista levará seus ataques à vida dos trabalhadores. Por isso, deveríamos conduzir a greve com os nossos



próprios métodos (passeatas, piquetes etc.) e não ter ilusões no governo Lula.

Ao contrário do que afirmava a CONTRAF/CUT e MNOB, dizíamos que o movimento grevista não poderia ter nenhuma ilusão no governo e que tais ilusões só serviam para desarmar a greve nacional dos bancários. Era preciso intensificar as mobilizações com a bandeira de unidade nacional grevista e pelo direito irrestrito de greve (abaixo

os interditos proibitórios e as multas). Da mesma maneira, era necessário organizar os comitês de greve e um comando nacional de greve, eleito nas assembleias estaduais. Caso isso não ocorresse, continuaríamos assistindo, por exemplo, o HSBC obrigar os seus funcionários a chegar aos centros administrativos (do Xaxim e da Vila Hauer) de madrugada e exigir que os empregados do centro de processamento de dados (CPD) fossem até associação dos funcionários para serem levados de lá de helicóptero ao CPD localizado no bairro Xaxim.

Colocamos para assembleia a necessidade de fazer um chamado a todas as centrais sindicais, para que convocassem plenárias de base para apoiar a nossa luta e também que se juntassem a nós em uma grande manifestação para tomar as ruas da cidade. Esta proposta foi aprovada pela assembleia dos bancários de Curitiba, mas ao invés do sindicato exigir das centrais a realização de plenárias de base para que pudessem convocar os seus trabalhadores e apoiarem a greve, convocaram somente os dirigentes sindicais para um ato em frente do Bradesco, que resultou esvaziado.

A crise econômica e a greve

Surge agora a questão da crise econômica. A crise foi utilizada neste momento como justificativa para aceitação da proposta de índices diferenciados. A crise capitalista chegou a ter a sua existência negada por alguns sindicalistas pedantes. Não foi feita uma discussão sobre a crise sobre a perspectiva dos trabalhadores e suas conseqüências à vida do trabalhador bancário.

A crise deveria ser a maior justificativa para recusa da proposta apresentada pela Fenaban e o fator de propulsão da greve para que os trabalhadores arrancassem uma verdadeira reposição salarial, pois a recessão que afetará a economia será descarregada sobre os trabalhadores, com mais desempregos, aumento do custo de vida e a piora das condições de trabalho.

“Avançamos no limite da mobilização”

Esta foi à expressão usada por dirigentes sindicais para defender a aceitação da proposta da Fenaban na assembleia do dia 22/10. **De que mobilização que esses dirigentes sindicais estão falando?** Pois o que observamos durante a greve foi o isolamento da direção do sindicato e, por conseqüência, a mobilização foi feita somente por alguns delegados sindicais.

A mobilização fragmentada da categoria é uma conseqüência direta da inexistência de um organismo de decisão coletiva, ou seja, de um comando de greve local formado pela

assembléia geral da categoria e submetido a ela. Quando defendemos a proposta de formação de um comando local, na assembléia que deflagrou a greve, a truculência da direção do sindicato foi tão grande que o presidente do sindicato disse que não iria considerar a formação de um comando de greve local uma proposta, pois o comando nacional já tinha sido definido na conferência nacional. E concluiu que a greve local deveria ser dirigida pela direção do sindicato e encerrou a assembléia de modo que esta proposta não fosse discutida e votada pela assembléia. **Este é o comportamento da burocracia, afastar tudo que possa oferecer risco à manutenção do seu poder e eliminar a democracia sindical.** Por isso, combatem ferozmente a idéia de um comando eleito em assembléia. Sabiam que um comando forjado democraticamente na assembléia não estaria sujeito às manobras de cúpulas.

Presenciamos também na greve muitas críticas dos diretores do sindicato, em relação aos bancários que não iam para os piquetes e somente compareciam na assembléia ou ligavam para os colegas que foram à assembléia para saberem o resultado. Como esses diretores podem criticar esses bancários, pois os bancários eram chamados somente para participar dos piquetes e não das decisões das táticas da greve! Observamos que os bancários que participaram ativamente do processo de greve, fizeram isso devido à consciência de luta. Portanto, ao se referirem à mobilização, esses dirigentes não podem incluir o conjunto da categoria, pois parte dos bancários acompanhou o desenrolar da greve alheio ao processo. Este afastamento se deu porque esses bancários não encontram mecanismo para combater a direção do sindicato e acabaram não travando a luta necessária contra a burocracia sindical. **Desse modo, os limites da mobilização foram colocados pela própria direção do sindicato e utilizados, posteriormente, como um subterfúgio para acabar com a greve.**

Veja como esse subterfúgio também foi utilizado pela CONTRAF/CUT (entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho no dia 27/10/08): *“O que nós discutimos com a categoria é que se não tivéssemos feito o acordo naquele patamar, a partir daí a greve entrava numa nau sem rumo, porque a capacidade que ela tinha de movimentar a proposta havia chegado ao limite”.* Vagner Freitas, presidente da CONTRAF/CUT.

Burocracia divide o movimento

Diante da divisão da categoria, provocada pelos índices diferenciados, o presidente do sindicato – Otávio Dias – diz agora na FOLHA BANCÁRIA (27/10) que *“não concordamos com a divisão da categoria”*. Esta colocação do presidente do sindicato explicita a diferença entre o discurso e a prática que foi presenciada por todos na assembléia do dia 22/10, quando a proposta dos índices diferenciados foi defendida por todos os membros da diretoria do sindicato e estes votaram pela sua aprovação.

Na reportagem de capa deste mesmo informativo, o sindicato afirma que *“o aumento real que vai de 1% até 2,85% (variação nominal) mantém um cenário positivo de conquista de ganho real desde 2004.”* Para que possamos analisar esta afirmação do sindicato resgatamos os dados referentes às campanhas salariais anteriores e o INPC do mesmo período (tabela 1).

Tabela 1 - Comparação entre os índices de reajustes salariais dos bancários e o INPC do período

ANO	INPC	ÍNDICES DE REAJUSTE	GANHO REAL
2000	5,27%	7,20%	1,93%
2001	9,44%	5,50%	-3,94%
2002	14,74%	7,00%	-7,74%
2003	10,38%	12,60%	2,22%
2004	6,13%	7,20%	1,07%
2005	5,05%	6,00%	0,95%
2006	2,81%	3,50%	0,69%
2007	5,15%	6,00%	0,85%
2008*	7,15%	8,15%	1,00%
			-2,97%
2008*	7,15%	10,00%	2,85%
			-1,12%

* INPC acumulado nos últimos 12 meses, lembrando que o INPC acumulado no ano (Jan. a Agosto) é 5,08%.

Ao analisar a tabela os bancários podem constatar que o índice de 8,15% ou 10% de nossa campanha salarial neste ano nos deixa ainda com um ganho real NEGATIVO. Portanto, continuamos perdendo para o aumento dos preços do período (2000 a 2008). E quando a direção do sindicato afirma em seu informativo que *“o índice diferenciado (de 10% e 8,15%) significou uma valorização no piso da categoria bancária”*, estão fazendo insultando a inteligência dos bancários e demonstram que esqueceram deliberadamente o tamanho das perdas da categoria. Os bancários podem ver quais são os impactos que os índices desta campanha provocaram em seus bolsos. Com a análise desses dados, podemos dimensionar os estragos causados pela política reformista desenvolvida pela direção da CONTRAF/CUT.

O presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE), Pedro Eugênio, disse em seu comunicado que: *“temos que valorizar o período que vivemos e as conquistas que estamos conseguindo com nossa luta”*. Diante dos dados apresentados (tabela 1), que é a nossa realidade nesses oito anos, não visualizamos tais conquistas proferidas pelo presidente da FENAE.

Construir uma fração revolucionária

Para dar um basta a essa política reformista e divisionista devemos construir uma nova direção para o sindicato apoiada nos métodos das decisões coletivas das assembléias gerais e na democracia sindical. **Pois as vitórias dos banqueiros e das direções dos bancos (Caixa, BB, etc.), nos últimos anos, residiram na individualização da greve e na formação de um comando nacional de greve baseado em acordos burocráticos das direções dos sindicatos.**

Podemos reverter esse quadro somente através da nossa organização. Quando atuamos de forma organizada, podemos expressar nossas idéias para o conjunto da categoria e aglutinar pessoas que têm o interesse de romper com o comportamento burocrático da direção do sindicato.

O sindicato é instrumento de luta, construído pelos trabalhadores e não pode ficar na mão dessa burocracia que há muito tempo se instalou em sua direção. Por isso, devemos impulsionar a formação de uma fração de oposição dentro do nosso sindicato, para que possamos resgatar esse nosso instrumento de luta, das mãos da burocracia sindical que vêm levando a nossa categoria a sucessivas perdas salariais.

AES-Eletropaulo:

O que está por trás das demissões dos diretores

Houve um zum-zum-zum generalizado quando os trabalhadores da Eletropaulo souberam que sete dos mais antigos diretores tinham sido demitidos, empregados de vinte, trinta anos que deveriam estar ganhando seus 20, 30 mil (sem contar o Corolla que há empresa dava pra cada um deles).

Logo veio à mente o plano de redução das regionais (das atuais sete para três ou quatro). E as conseqüentes demissões, sim, pois com áreas mais amplas se precisarão de menos equipes para cobri-las.

Pior ainda, se precisarão de menos coordenadores, menos gerentes.

É aí que está a segunda coisa que notamos, a pressão dos chefes sobre os trabalhadores, todo mundo querendo mostrar serviço e isso significa mais pressão sobre os trabalhadores. Tudo é desculpa para uma advertência, no mínimo uma repreensão no meio de todo mundo.

Mas não é somente da alta e média hierarquia que vem o medo de demissão. Devemos ter bem claro que o objetivo da empresa é dar uma boa enxugada na folha de pagamento.

De um lado a própria crise interna da empresa que vem desde a privatização, que não conseguiu pagar a dívida com o BNDES (AES não pagou um único centavo de sua dívida, porém continuou remetendo para os Estados Unidos todo o lucro faturado nesse tempo que controla a empresa) que para não reestatizá-la foi obrigado a entrar como sócio "minoritário" (mesmo tendo que pagar US\$ 658 milhões, bem mais que a metade da dívida). Do outro, os próprios reflexos da crise mundial.

Evidentemente a Eletropaulo tentará todas as formas para demitir os trabalhadores. Mas surge um problema: o passivo trabalhista. A grande diferença salarial entre trabalhadores que executam o mesmo serviço (chegando o salário menor ser de 3 a 4 vezes menor que o maior) há muitos anos levam os

trabalhadores a entrarem com uma enxurrada de processos trabalhistas.

Agora a empresa anda dizendo que quer fazer um acordo com os trabalhadores, que pagaria metade do que seria devido (para os mais velhos algo em torno de 300, 400 mil), mas que teria de demiti-los e recontratar todos com o mesmo salário, dando uma estabilidade no emprego de 4 ou 5 meses.

É aí que o cordeiro mostra seus dentes de lobo.

Essa pode muito bem ser a saída para se enxugar a empresa.

Então o que os eletricitários podem fazer?

Existe uma necessidade de organização dos trabalhadores da Eletropaulo. A última experiência dos trabalhadores com a direção do sindicato que devia representá-los foi terrível. Em agosto último a Eletropaulo demitiu 88 companheiros, muitos deles seqüelados (portadores de seqüelas de acidentes de trabalho, portanto com estabilidade) e a diretoria de nosso sindicato não organizou o conjunto dos trabalhadores para enfrentar as demissões. O máximo que fizeram foi um movimento somente com os demitidos para conseguirem algumas migalhas a mais.

Está aí porque afirmamos que é hora dos eletricitários da Eletropaulo se organizem, na seção, na região e em termos gerais. É necessário construir a Corrente Proletária dos Eletricitários, um grupo de trabalhadores que busca organizar seus companheiros para lutar contra as pressões que a empresa vem impondo aos trabalhadores.

Está colocada a tarefa de lutar por: 1) Reestatização sem indenização da Eletropaulo; 2) Nenhuma demissão; 3) Estabilidade no emprego; 4) Pagamento imediato da dívida da empresa com os eletricitários; 5) Organizar as comissões internas independentes; 6) Preparar o terreno da luta!

70 anos da IV Internacional

Textos de Leon Trotsky

Adquira com o distribuidor deste jornal

70 Anos de Fundação da IV Internacional



I - Manifesto pela Fundação e Carta dos Quatro

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

70 Anos de Fundação da IV Internacional



Volume II - É impossível permanecer na mesma Internacional, com Stalin, Manuilski, Lozovski e CIA e Por novos Partidos Comunistas e uma nova Internacional

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

70 Anos de Fundação da IV Internacional



Volume III - Declaração da delegação bolchevique leninista à Conferência das Organizações Socialistas e Comunistas da Esquerda: Ainda vai o Partido Trabalhista Independente? Sobre a Conferência de Organizações Socialistas e Comunistas da Esquerda

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

70 Anos de Fundação da IV Internacional



Volume IV - Há que pôr um ponto final! A Conferência de Paris: Um firme núcleo para uma nova Internacional: Êxito ou fracasso? Algo mais sobre a Conferência de Paris;

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

A política da LIT-QI/PSTU para a Bolívia

A Bolívia tem importância decisiva no atual quadro de crise mundial do capitalismo. País pequeno, de economia capitalista atrasada, saqueado ao extremo pelo imperialismo, constituído por uma maioria indígena, por camponeses pobres, em grande parte dedicados ao cultivo da folha de coca e marcada pela ampla miséria da maioria. É, no entanto, neste país altiplano, que o proletariado mineiro travou lutas heróicas contra a oligarquia de Patiño e se levantou contra o saque imperialista. Mas não se distingue apenas por instintivamente se levantar em combate à exploração e opressão política. Forjou seu partido – o Partido Operário Revolucionário (POR).

As Teses de Pulacayo, aprovadas no Congresso Mineiro, estabeleceram as bases do programa de destruição do capitalismo, de emancipação da maioria explorada e independência frente ao imperialismo. O POR boliviano encarna as Teses de Pulacayo. Em sua implantação no seio dos explorados e em combate a todas variantes da política burguesa, inclusive da pequena burguesia cujo ponto mais alto foi representado pelo foquismo de Che Guevara, forjou o programa.

A publicação da vasta elaboração política nas Obras Completas de Guillermo Lora, de 67 volumes, de 500 páginas cada um, nos permite acesso a toda história do proletariado boliviano, da história político-econômica do País, do desenvolvimento das idéias revolucionárias, dos embates ideológicos, dos posicionamentos do POR em cada situação de choque entre revolução e contra-revolução, da avaliação dos erros, da crítica e da autocritica, das cisões do partido. O POR, como partido marxista-leninista-trotskista, se esmerou em publicar suas idéias e posições, pela simples compreensão e da necessidade de sujeitar constantemente o partido ao julgamento dos explorados e dos próprios adversários de esquerda.

Por que enfatizamos esse aspecto? Porque o POR está em posição de combate à oligarquia da Meia Lua, em contraposição ao governo pseudo reformista e pseudo nacionalista de Evo, porque desenvolve a luta baseado nas Teses de Pulacayo e porque todas suas análises e bandeiras vêm se confirmando.

Um ponto fundamental de sua política: luta contra as ilusões das massas despertadas por Evo, nenhum apoio ao governo do MAS e crítica sistemática à sua submissão à grande propriedade privada dos meios de produção. Esta clareza de posição e firmeza na defesa da independência dos explorados tem permitido ao POR desenvolver a estratégia programática da revolução e ditadura proletárias. O que nos diz que a atual política do partido se assenta em toda trajetória e tradição revolucionária do passado.

E por que insistimos sobre essa conclusão? Porque no passado o POR teve de enfrentar os revisionistas do trotskismo, principalmente o pablismo (refere-se a Michel Pablo). E teve de caminhar sozinho, isoladamente. O que não foi nada bom para a IV Internacional, que se esfacelou sob a direção de Michel Pablo. O POR, ainda hoje, depois de confirmados os estragos do pablismo, continua isolado e combatido pelos morenistas (Nahuel Moreno), altamiristas etc. Há um silêncio quase que total sobre as posições do POR frente à crise atual e o governo do MAS.

Não é por acaso o silêncio. A LIT-QI/PSTU e PO apoiaram a ascensão de Evo ao poder chamando o voto no candidato do MAS e, recentemente, apoiaram o referendo do Sim e do Não. O POR, ao contrário, atuou para desmascarar o objetivo do governo de criar uma situação de negociação e de acordo com a reação oligárquica encabeçada pelos governadores da Meia Lua.

LIT-QI/PSTU e PO assistiram à repressão ao bloqueio dos mineiros e à morte em combate de dois deles e sabiam que o governo de Evo não puniria verdadeiramente os culpados dos assassinatos dos camponeses em Pando, mesmo assim mantiveram sua participação na farsa do referendo. Sabiam também que a burguesia latino-americana, sob auspício de Lula,

via no referendo uma saída para o impasse e que Evo estava sujeito às suas exigências de reatar a unidade burguesa do país. A reunião da UNASUL e seu resultado não foi novidade para nenhum partido. Mesmo assim apoiaram Evo com o argumento de era preciso derrotar a direita.

Qual foi a derrota da direita? Em seguida ao referendo, Evo convocou os governadores à negociação. No parlamento, governo e oposição chegaram ao tão-esperado acordo. Evo aceitou as principais exigências de mudança no texto constitucional e os partidos da oligarquia aceitaram a realização do referendo para a nova constituição.

O que diz o POR? **“Os massistas impostores zombam dos camponeses fazendo-os marchar por uma Constituição que consolida o latifúndio” Derrotemos a mentira massista com luta revolucionária, pela revolução social que acabe pela raiz com poder burguês e com a opressão imperialista: a propriedade privada dos meios de produção.”**

A LIT-QI/PSTU publicou no *Opinião Socialista* (356) uma declaração com o título radical “Evo Morales capitula novamente”. O advérbio “novamente” é sintomático e explicativo da posição dos morenistas frente ao governo do MAS. Indica que a LIT-QI não caracterizou o governo Evo logo no seu nascimento de burguês, defensor da permanência da grande propriedade privada e, portanto, que chegou ao poder capitulando.

Não se pode desconsiderar que o MAS e seu caudilho indígena desviaram a luta direta das massas, que derrubaram Sanches de Lozada, para a formação de um novo governo burguês. Aqui está o ponto de partida de todas as capitulações frente à reação oligárquica. O POR, ao contrário, por ter explicado desde sempre esse conteúdo de classe, denunciou Evo no nascedouro de traidor.

Mas o que chama atenção na declaração da LIT-QI são dois aspectos: 1. Explicação de por que Evo capitulou; 2. Resposta à capitulação.

O redator da declaração pergunta: “porque isso ocorre”. Faz uma longa digressão jornalística sobre quem é Meia Lua, o que pretende, como se desenvolveu a Bolívia nas últimas décadas etc. Finalmente chega ao “ovo de Colombo”: (...) “Para nós, a explicação profunda dessa política é que, além de sua origem indígena e de que a maioria do povo o veja como ‘seu governo’, Evo encabeça um governo burguês que busca defender o sistema capitalista e o Estado burguês boliviano e evitar o aprofundamento dos processos de mobilização de massas que ameaçam se enfrentar com seu governo. Por isso, apesar de ser atacado duramente pela burguesia da Meia Lua e pelo imperialismo, faz questão de buscar a conciliação com eles”.

Se fôssemos supersticiosos, acharíamos que os redatores da declaração foram iluminados pelo espírito santo.

A caracterização de governo burguês de conciliação com a Meia Lua e o imperialismo deveria servir não para explicar no final das contas mais uma das capitulações, mas para alertar desde o início os explorados sobre as traições que viriam e para combater a formação de um governo burguês que canalizava a ação revolucionária das massas. O POR expôs claramente a caracterização de burguês, mostrou que a traição aos trabalhadores ocorria antes mesmo de ser eleito e que Evo jogaria um papel de sustentação da grande propriedade capitalista.

A LIT-QI/PSTU espera o fechamento das contas para dizer que Evo capitula porque é burguês. Assim procede porque fez parte da somatória, mas não quer reconhecer nenhuma responsabilidade por ela. Faz de conta que não defendeu a eleição de Evo e que não participou no Sim.

Lembremos que os morenistas continuam a espalhar a lenda de que o POR é nacionalista, porque apoio o governo Torres, em 1954.

Qual é a resposta da LIT-QI/PSTU frente à capitulação de Evo? Reivindica “a declaração votada pelos mineiros de Huanuni” que se limita a bandeiras democráticas e não diz o que fazer com o governo Evo.

Entende que reivindicações como “prisão de todos os sediosos(...);basta de mortos mineiros e camponeses; basta de latifundiários e oligarquias querendo mandar na Bolívia(...);temos de retomar as mobilizações e fazer valer a ‘agenda de outubro’, que propõe lutar pela expropriação dos latifundiários do oriente boliviano, terra aos camponeses e indígenas e por uma verdadeira nacionalização do gás e das mineradoras(...); mobilizar operários e camponeses para derrotar a oligarquia” são viáveis sob o governo de Evo.

Eis a formulação: “Uma proposta totalmente possível, tanto pela combativa história como pela realidade atual do povo boliviano. Inclusive quando a maioria ainda confia e apóia o governo Evo.” (...)

Estamos diante de uma grande ilusão e uma grande bobagem, apresentadas pela LIT-QI/PSTU como acuidade política. Para pôr os sedicio-

sos na prisão, acabar com os latifúndios e nacionalizar verdadeiramente o gás e mineradoras etc., é preciso que a classe operária, em aliança com os camponeses, tome o poder. E para isso é preciso fortalecer o POR e não combatê-lo. Enquanto a maioria confiar em Evo, não poderá assumir em suas próprias mãos tais tarefas.

A ilusão da LIT-QI/PSTU de que a declaração de Huanuani pode ser implantada sem a revolução social é absurda até mesmo em relação à conclusão de que Evo capitulou diante da burguesia. A posição dos revisionistas do trotskismo – abandonaram o Programa de Transição – está sendo testada pelo processo revolucionário na Bolívia. Está claro que se confrontam com o POR ao apoiarem Evo e acreditarem na possibilidade de realizar tarefas democráticas do país atrasado sob o governo traidor dos camponeses.

Paraguai: Ao invés de reforma agrária, bispo Lugo responde com prisões, bombas e cassetes

Na quarta-feira 5 de novembro, 62 camponeses foram violentamente reprimidos pela polícia anti-motins quando se manifestavam diante do ministério público em Assunção exigindo a renúncia do Fiscal Geral (chefe do ministério público paraguaio), e responsável pela repressão aos camponeses que há meses vêm se manifestando pela reforma agrária. Exigiam também a renúncia dos ministros da Corte Suprema, cúmplices dos latifundiários que concentraram a propriedade da terra durante a ditadura de Stroessner e os outros governos colorados.

Desde 15 de agosto deste ano, quando o bispo Lugo assumiu a presidência da República, as associações e movimentos de camponeses pressionam o governo para iniciar a reforma agrária que prometera durante a sua campanha eleitoral. Entretanto, desde o primeiro dia de seu mandato, o bispo-presidente não cansa de dizer que **respeitará a propriedade privada**. Coerentemente, mandou reprimir todos os movimentos que tentavam ocupar terras. Em 4 de outubro, o dirigente camponês Bienvenido Melgarejo morreu vítima de uma bala disparada pela polícia nacional em Puerto Índio, departamento de Alto Paraná. Além disso, vários dirigentes camponeses foram presos.

Os camponeses paraguaios ainda acreditam que o governo eleito, por se auto-proclamar de mudanças e por ter derrotado os colorados (que estiveram no poder por 61 anos), vai lhes conceder a propriedade da terra. Essa ilusão, cedo ou tarde, deverá ser superada pela certeza de que nenhum governo burguês poderá expropriar o latifúndio.

O Paraguai só não foi anexado depois da guerra de 1864-1870 devido às disputas entre os vencedores, no caso o Império brasileiro e o Estado argentino. Depois da morte de Solano Lopez, os governos fantoches dos aliados leiloaram, a preço vil, imensos territórios, e expulsaram os poucos sobreviventes que ocupavam o território do país, baseados em costumes ancestrais que nem as leis de índias (ordenamento jurídico da colonização espanhola) haviam erradicado.

A permanente migração dos camponeses sem terra para o norte argentino e o Matto Grosso brasileiro foi uma válvula de escape da estagnada economia paraguaia (em 2007, o PIB paraguaio não chegou aos 11 bilhões de dólares). Com a crise de desindustrialização argentina e o boom econômico propiciado pela construção da usina de Itaipu, milhares de famílias migrantes voltaram ao país. O excedente populacional aumentou a pressão sobre a atrasada estrutura agrária (latifúndio).

Além do latifúndio tradicional – constituído pelas terras entregues depois da guerra de 1870 –, durante a ditadura de Stroessner, milhares de hectares, destinados supostamente à reforma agrária, foram dados aos membros do partido governante, militares e a fazendeiros brasileiros que passaram a ocupar toda a faixa que margeia o rio Paraná do lado paraguaio. Nestas terras, os “brasiguaios” dedicaram-se a

plantar principalmente soja e acumular grandes fortunas, desmatando os bosques milenares e despejando toneladas de veneno.

Os camponeses esperavam do bispo-presidente que iniciasse a retomada destas terras e as distribuisse aos camponeses sem-terra. Entretanto, Lugo depende internamente do apoio de partidos vinculados à ditadura de Stroessner contra os quais não pode ir fundo na retomada das terras mal-havidas. De outro lado, não pode recuperar as terras irregularmente ocupadas pelos brasileiros, pois isso significaria enfrentar o estado brasileiro, contra o qual já tem a pendência do tratado de Itaipu.

Ameaças da burguesia brasileira

A ameaça do estado brasileiro não é pura fantasia. Em 2 de outubro deste ano, o presidente Lula assinou um decreto (nº 6.592) regulamentando a lei que dispõe sobre a mobilização nacional [bélica] e cria o sistema nacional de mobilização – SINAMOB. No primeiro inciso do segundo artigo desse decreto pode se ler:

§ 1º São parâmetros para a qualificação da expressão agressão estrangeira, dentre outros, ameaças ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro ou às instituições nacionais, **ainda que não signifiquem invasão ao território nacional**. (destaque nosso)

Esse decreto afeta diretamente a situação dos brasileiros que ocupam terras mal-havidas no Paraguai, colocando um claro limite para a demagogia eleitoreira do bispo presidente. De acordo com assessores do governo citado pelo jornal O Estado de São Paulo, o decreto reflete a importação da filosofia norte-americana de defesa nacional, a mesma que foi utilizada para justificar a invasão do Iraque. Esta “iniciativa” seria a resposta às ameaças de governos “amigos” (Bolívia e Ecuador).

Caminho da luta pela terra

Os camponeses continuarão se enfrentando ao governo Lugo. De nenhum governo burguês conseguirão arrancar a solução dos seus problemas. Somente um governo operário-camponês, surgido de uma revolução social, poderá expropriar os imensos latifúndios. No caso do Paraguai, esta possibilidade está ainda mais condicionada à revolução latino-americana, pois os estados burgueses do Brasil e da Argentina não tolerariam impassíveis qualquer roubo reformista, muito menos, uma revolução. Daí que a solução do problema agrário no Paraguai está definitivamente hipotecada à revolução latino-americana, ou seja, à constituição revolucionária dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.